



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação de Santarém

**A INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DE UM CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM
SECRETARIADO**

MARCOS ANTONIO ANDRADE DA COSTA

Orientadora: Professora Doutora Sónia Maria
Gomes Alexandre Galinha

Abril, 2022



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação de Santarém

A INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DE UM CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM SECRETARIADO

Trabalho de Projeto apresentado
para obtenção do grau de Mestre
no âmbito do Mestrado em
Ciências da Educação /
Administração Educacional da
Escola Superior de Educação do
Instituto Politécnico de Santarém.

MARCOS ANTONIO ANDRADE DA COSTA

Orientadora Professora Doutora
Sónia Maria Gomes Alexandre
Galinha

Abril, 2022

A teoria sem a prática vira "verbalismo", assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

RESUMO¹

O presente trabalho buscou identificar, sob a ótica dos egressos do curso de tecnologia em secretariado, os fatores impactantes no processo de inserção profissional suscetíveis de serem implementados e/ou aprimorados pela instituição de ensino de forma a ampliar o acesso dos estudantes ao mundo do trabalho. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza aplicada com objetivo descritivo e abordagem quantitativa com os egressos. Os resultados indicaram que os egressos adentram o mercado de trabalho ainda durante a educação básica, muito provavelmente por conta das condições sociais, já que buscam ampliar suas oportunidades de colocação profissional por meio do ingresso no curso superior. Os dados revelaram ainda que a graduação é realizada em concomitância com o trabalho em atividades administrativas e que, após a conclusão do curso, os egressos continuaram exercendo a mesma atividade sem modificação na remuneração. Além disso, os participantes da pesquisa acreditam que a sua remuneração está adequada com as atividades desenvolvidas e se encontram satisfeitos em relação às atividades profissionais. Em relação ao curso, os egressos mostram-se extremamente satisfeitos com a formação, considerando-o fator importante para a melhoria da sua vida de forma geral. A partir dos resultados obtidos, propõe-se que a instituição de ensino promova uma política de acompanhamento com estudos transversais sobre o processo de inserção profissional de seus egressos, a implementação de uma política de revisão do plano do curso de forma a ampliar o domínio de língua estrangeira por parte dos estudantes e o fortalecimento de uma política de estágio com maior proximidade com empresas da área de secretariado de forma a ampliar as experiências desses alunos na área.

Palavras-Chave: Inserção Profissional; Educação profissional e tecnológica; Curso Superior de Tecnologia em Secretariado; Mundo do Trabalho.

¹ Trabalho escrito de acordo com português do Brasil.

ABSTRACT

From the perspective of the graduates of the Technology Course in Secretarial Science, the present study sought to identify the impacting factors in the process of professional insertion that could be implemented or improved by the educational institution to expand students' access to the world of work. To this end, applied research was carried out with a descriptive objective and a quantitative approach involving the graduates. The results indicated that the graduates enter the job market while still in secondary education, most likely due to their social conditions since they seek to expand their opportunities of professional insertion through higher education. The data also revealed that the undergraduate studies are carried out concomitantly with work in administrative activities and that, after finishing the course, the graduates continued to perform the same activity without change in remuneration. Moreover, the research participants believe that their remuneration is adequate to the activities developed, and they are satisfied with their professional activities. Concerning the course, the graduates are extremely satisfied with the training, considering it essential for improving their lives in general. Based on our findings, we propose that the educational institution promote a follow-up policy with transversal studies about the process of professional insertion of its graduates, the implementation of a policy to review the course plan in order to expand the students' proficiency in foreign languages, and the strengthening of an internship policy with greater proximity to companies in the secretarial area in order to broaden the experiences of these students in the area.

Keywords: Professional Insertion; Professional and Technological Education; Technology Course in Secretarial Science; World of Work.

Dedico este trabalho a Deus pelo dom da vida; aos meus pais, que além do amor e dos cuidados, batalharam duramente para que eu pudesse desfrutar da educação; às minhas irmãs, aos meus cunhados e aos meus sobrinhos pela alegria do convívio e à minha esposa por dividir a vida comigo.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa por caminhar ao meu lado no sonho de cursar um mestrado em outro país.

Ao Instituto Federal de Brasília por me proporcionar a experiência de cursar um programa de mestrado internacional.

Ao Instituto Politécnico de Santarém pela oportunidade oferecida a um aluno estrangeiro e pelo acolhimento realizado.

Aos professores da Escola Superior de Educação por oferecerem momentos de aprendizado. De forma especial, às professoras Maria João Cadorna, Luísa Delgado e Sonia Maria Gomes Alexandre Galinha que me orientaram nesse projeto.

Aos colegas de turma pelas partilhas e companheirismo durante o processo de formação.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----|
| RESUMO | 5 |
| ÍNDICE DE FIGURAS | 10 |
| ÍNDICE DE TABELAS | 11 |
| LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS..... | 13 |
| 1. Introdução..... | 14 |
| Contextualização e Problematização..... | 14 |
| Objetivo Geral..... | 18 |
| Objetivos Específicos | 18 |
| 2. Fundamentação Teórica | 19 |
| 2.1. A inserção e atuação no mundo do trabalho | 19 |
| 2.2. A formação profissional no Brasil..... | 27 |
| 2.3. A formação no curso superior de Tecnologia em Secretariado | 33 |
| 3. Metodologia..... | 42 |
| 3.1. A pesquisa | 42 |
| 3.2. Contexto de aplicação e participantes da pesquisa | 43 |
| 3.3. Instrumento de pesquisa e análise dos dados | 46 |
| 4. Resultados e discussão | 48 |
| 4.1. Contexto social dos egressos | 48 |
| 4.2. Aspectos relacionados a inserção profissional..... | 52 |
| 4.3. Percepção sobre a formação | 64 |
| 5. Projeto de intervenção | 68 |
| 6. Considerações finais..... | 72 |
| Referências bibliográficas | 74 |
| APÊNDICE A - CRONOGRAMA DA PESQUISA..... | 78 |
| APÊNDICE B - TERMO DE CONSCIENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) | 79 |
| APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA (QUESTIONÁRIO) | 80 |
| APÊNDICE D - ENVIO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA..... | 88 |
| APÊNDICE E – RESULTADO COMPLETO DA PESQUISA APLICADA..... | 89 |
| APÊNDICE F – SLIDES PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO..... | 100 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico (2009-2019)..... | 43 |
| Figura 2: Boxplot da distribuição da idade de egressos por sexo..... | 48 |
| Figura 3: Perfil discente de Graduação (presencial e a distância) – 2019. | 49 |
| Figura 4: Escolaridade dos responsáveis dos egressos. | 50 |
| Figura 5: Boxplot da distribuição da idade na primeira atividade remunerada, por sexo..... | 53 |
| Figura 6: Pesquisa diagnóstica | 69 |
| Figura 7: Alteração organizacional..... | 69 |
| Figura 8: Premissas para alteração curricular | 70 |
| Figura 9: Aprimoramento em língua estrangeira | 70 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: População da pesquisa..... | 44 |
| Tabela 2: Idade dos participantes da pesquisa..... | 49 |
| Tabela 3: Caracterização sociodemográfica dos estudantes..... | 51 |
| Tabela 4: Idade de entrada no mercado de trabalho..... | 52 |
| Tabela 5: Associação entre variáveis de interesse e período de início da atividade empregatícia..... | 54 |
| Tabela 6: Associação entre variáveis de interesse e troca de função após a conclusão do curso..... | 55 |
| Tabela 7: Expectativa, início da atividade profissional e situação ocupacional dos egressos..... | 56 |
| Tabela 8: Caracterização profissional após o curso..... | 57 |
| Tabela 9: Tempo para ingressar na área de secretariado..... | 58 |
| Tabela 10: Percepção quanto à situação profissional e remuneração..... | 59 |
| Tabela 11: Percepções sobre o mercado de trabalho..... | 60 |
| Tabela 12: Percepções sobre fatores impactantes na inserção profissional..... | 61 |
| Tabela 13: Percepção do egresso sobre o fator determinante para a inserção profissional..... | 61 |
| Tabela 14: Associação entre variáveis de interesse e situação empregatícia atual..... | 62 |
| Tabela 15: Associação entre variáveis de interesse e tipo de contratação atual..... | 63 |
| Tabela 16: Percepções sobre o curso..... | 64 |
| Tabela 17: Percepções sobre repercussões da conclusão do curso..... | 65 |
| Tabela 18: Situação empregatícia e avaliação do curso..... | 66 |
| Tabela 19: Idade dos participantes da pesquisa..... | 89 |
| Tabela 20: Sexo dos participantes da pesquisa..... | 89 |
| Tabela 21: Instituição escolar no ensino básico..... | 89 |
| Tabela 22: Escolaridade dos responsáveis dos participantes..... | 89 |
| Tabela 23: Idade de início do exercício de atividade remunerada..... | 90 |
| Tabela 24: Local de residência durante a graduação..... | 90 |
| Tabela 25: Situação ocupacional dos participantes..... | 90 |
| Tabela 26: Situação ocupacional dos participantes - recategorizada..... | 90 |
| Tabela 27: Expectativa ao ingressar no curso..... | 91 |
| Tabela 28: Satisfação com a escolha pelo curso..... | 91 |
| Tabela 29: Início do exercício da atividade profissional..... | 91 |
| Tabela 30: Situação após o curso..... | 92 |
| Tabela 31: Aumento na remuneração..... | 92 |
| Tabela 32: Tipo de atividade remunerada desempenhada..... | 92 |
| Tabela 33: Tipo de atividade remunerada desempenhada..... | 92 |
| Tabela 34: Situação dos participantes após a conclusão do curso..... | 93 |
| Tabela 35: Tempo para ingressar na área de secretariado..... | 93 |
| Tabela 36: Percepção dos egressos sobre o retorno do curso..... | 93 |
| Tabela 37: Atividade desenvolvida pelos egressos..... | 93 |
| Tabela 38: Fator determinante para contratação dos egressos..... | 94 |
| Tabela 39: Grau de satisfação com a situação profissional..... | 94 |
| Tabela 40: Egressos com remuneração..... | 94 |
| Tabela 41: Remuneração dos egressos..... | 94 |
| Tabela 42: Percepção sobre a adequação da remuneração..... | 95 |

| | |
|---|----|
| Tabela 43: Percepção sobre a exigência do mercado de trabalho..... | 95 |
| Tabela 44: Percepção sobre a área de secretariado. | 95 |
| Tabela 45: Motivo para retomar os estudos. | 95 |
| Tabela 46: Motivo para não exercer atividade na área de secretariado..... | 96 |
| Tabela 47: Pontos que dificultam a inserção profissional. | 96 |
| Tabela 48: Aspectos que aumentaram a inserção profissional..... | 96 |
| Tabela 49: Desempenho enquanto aluno do curso..... | 97 |
| Tabela 50: Avaliação do curso pelos egressos. | 97 |
| Tabela 51: Percepção dos egressos quanto a preparação para o mercado de trabalho..... | 97 |
| Tabela 52: Cursaria novamente a graduação em secretariado. | 97 |
| Tabela 53: Ter o diploma não ajudou os egressos? | 98 |
| Tabela 54: Importância da graduação para os egressos. | 98 |
| Tabela 55: Satisfação profissional dos egressos. | 98 |
| Tabela 56: Avaliação da formação da graduação. | 98 |
| Tabela 57: Melhoria na qualidade de vida após a conclusão do curso. | 99 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

CF/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CLT – Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT)

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

ETF - Escola Técnicas Federais

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituição de Ensino Superior

IFs - Institutos Federais

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

OCDE - Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PROEJA - Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional Tecnológica

RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TICs - Tecnologias de informação e comunicação

1. Introdução

O tema que norteia este trabalho de projeto diz respeito às questões envolvem a inserção e atuação profissional. Nesse sentido, investigou-se o acesso dos egressos da graduação tecnológica em secretariado oriundos de uma Instituição de Ensino Superior (IES), integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), ao mundo do trabalho

Contextualização e Problematização

O ser humano, ao adaptar a natureza para satisfazer suas necessidades, desenvolveu-se ao ponto de que, para atuar nesse mundo novo, as novas gerações precisam dominar uma multiplicidade de saberes. Dessa forma, o desenvolvimento social impôs a necessidade de que os saberes construídos historicamente fossem estruturados para que pudessem ser compartilhados. Sendo assim, o conhecimento se tornou um importante aspecto para a sociedade, uma vez que impacta todas as dimensões da vida. Diversos autores denominam o momento atual como a era do conhecimento².

As sociedades do conhecimento, fundamentadas nas inovações tecnológicas e no trabalho complexo³, substituíram as sociedades industriais (Neves e Pronko, 2008), e, nesse contexto, o conhecimento tornou-se um importante recurso, fazendo com que os indivíduos que não o dominam sujeitem-se a diversas formas de exclusão social.

Diante disso, a instituição da organização escolar tornou-se fator relevante para o desenvolvimento das sociedades. Conforme Etzioni (1984, p. 3), “As organizações são unidades sociais ou agrupamentos humanos intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”. É neste contexto e diante da imprescindibilidade de preparar os indivíduos para viver nesse mundo que surge uma organização própria para estruturar e compartilhar os saberes construídos historicamente com as futuras gerações: a escola.

² Considera que a circulação de informações acontece em alta velocidade e intensidade, impactando todos as dimensões da sociedade.

³ Trabalho de natureza especializada que impõe maior dispêndio de tempo de formação.

Nesse contexto, Borges (2017, p. 111) afirma que a escola surgiu para “sistematizar o conhecimento científico, artístico e filosófico e pensar nas formas de transmissão desses saberes para as novas gerações”. Dessa forma, os conteúdos são recortados, organizados e, após um processo complexo, estruturam-se para formar currículos que aglutinam competências e, dentre outros aspectos, possibilita a atuação do indivíduo no processo de desenvolvimento social. Costa e Ferri (2018) defendem que a escola deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de entender que a aprendizagem é um fenômeno permanente.

Com o desenvolvimento tecnológico e científico e a internacionalização do capital, ocorreu o processo de reestruturação produtiva com a imposição de uma nova divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a busca da máxima qualificação profissional dos indivíduos permeia o discurso das classes dominantes sem levar em conta que não existe essa possibilidade para a maioria dos sujeitos que estão excluídos desse processo pela baixa escolaridade ou ausência dela e pela condição econômica do núcleo familiar (Sampaio, 2013).

Conforme Manacorda (2007), o trabalho é o processo em que o indivíduo, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza, modificando sua própria essência. O mundo do trabalho é composto pelo conjunto de elementos que compõe a relação entre a atividade humana do trabalho e o meio ambiente em que se dá a atividade. Como exemplo de elementos desse mundo do trabalho, pode-se pensar nas normas trabalhistas, os produtos resultantes da atividade, as técnicas e as tecnologias que são utilizadas no trabalho, as culturas existentes nas organizações e nas subjetividades do processo de comunicação constituídas durante a atividade, ou seja, o mundo do trabalho é um microcosmo da sociedade (Figaro, 2008).

Segundo Saviani (2007), com o capitalismo, a sociedade sustenta-se em laços contratuais, inclusive o de trabalho, sendo esse vínculo central para a existência das diversas formas de trabalho. Sousa Junior (2015), ao analisar a relação entre o trabalho e a educação, afirma que o trabalho se transformou em uma super categoria, tornou-se onipresente no processo de educação e que, de forma transcendental, interliga todas as dimensões do indivíduo e impacta a formação da sua identidade pessoal.

Assim, mostra-se relevante a ação estatal com o objetivo de criar instituições que possuam como um de seus objetivos aproximar estudantes que, por conta de condições sociais e econômicas, necessitam ser inseridos no mundo do trabalho sem que lhes seja negada uma sólida formação básica. Segundo Dedecca (1998), discursos e práticas têm modificado o mundo do trabalho em um sentido de que o Estado tem reduzido a regulação a fim de fomentar a individualização da relação empregado com o empregador.

Além disso, o desenvolvimento tecnológico e a globalização vêm impactando todos os aspectos da vida humana, incluindo o mundo do trabalho. Nesse contexto, fenômenos como a reestruturação produtiva ampliaram o exército de trabalhadores disponíveis que, diante da necessidade de obter recursos para o sustento familiar, acaba por ter seus direitos minimizados ou excluídos. Essas mudanças perpassam diversos aspectos e podem ser observadas, por exemplo, diante do surgimento de novas ocupações em um pequeno espaço de tempo e dos processos de automatização com a conseqüente necessidade de readequação dos empregados. Esse ambiente flexível exige do empregado maior capacidade de adaptação e mobilidade, dificultando ainda mais o processo de inserção de trabalhadores jovens que encontram dificuldades para iniciar a sua jornada profissional na sua área de formação, muitas vezes por conta da separação entre o que foi aprendido na escola e a realidade da prática profissional (Almeida & Socci, 2017).

Contudo, em sistemas econômicos pouco desenvolvidos, geralmente em países periféricos, apresentam mais imperfeições no que diz respeito à absorção de trabalhadores e a extrema desigualdade salarial entre as atividades. Assim, parte da população que compõe o grupo da força de trabalho do país encontra-se desempregada. A taxa de desemprego no Brasil, no segundo trimestre de 2021 ficou em 14,1%, correspondendo a 14,4 milhões de brasileiros sem uma ocupação remunerada, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse dado, quando segmentado por faixa etária, mostra que os mais jovens e os trabalhadores com baixa escolaridade são os mais afetados, dentro faixa etária de 18 a 24 anos o nível de desemprego chega a 29,5%, enquanto para o grupo dos 25 a 39 anos o índice atinge 13,8%. Marcassa e Conde (2017), ao analisarem os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), constataram que os jovens no Brasil possuem uma relação extremamente próxima com o trabalho, já

que cerca de 9,8% da população em idade escolar (5 e 18 anos) já desempenha atividade laboral.

No mesmo sentido, Moura (2013), ao examinar os dados sobre o trabalho no Brasil, constatou que 80 milhões de pessoas em idade produtiva no Brasil estão ocupando postos de trabalho precarizados e que tal situação é de interesse do sistema capitalista, pois estimula a competição, na qual vencem os melhores.

Diante disso, criou-se um discurso que a inserção profissional depende da capacidade e competências desenvolvidas individualmente pelos jovens. Contudo, os filhos da classe trabalhadora, diante da necessidade de sobreviver, são obrigados a entrar no mundo do trabalho antes de terminar a formação básica e, por conta disso, possuem dificuldade para acessar a formação superior, sendo obrigados a ocuparem posições inferiores no mercado de trabalho⁴, fortalecendo a extrema desigualdade social. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de dois milhões de crianças e/ou adolescentes (entre 5 e 17 anos) realizam atividades econômicas ou de autoconsumo (Moura, 2013).

De acordo com Borges (2017, p. 111), a escola é responsável por “sistematizar o conhecimento científico, artístico e filosófico e pensar nas formas de transmissão desses saberes para as novas gerações.” Porém, para atingir esse objetivo, faz-se necessário reunir, articular e dirigir pessoas e recursos de toda a ordem. No caso específico, uma escola profissional deve investigar constantemente se seus egressos estão conseguindo acessar o mundo do trabalho e quais caminhos devem ser trilhados para alcançar tais objetivos.

Dessa forma, a pesquisa busca compreender como tem sido a inserção e atuação profissional dos egressos do curso de graduação tecnológica em secretariado de uma Instituição de Ensino Superior integrando da Rede Federal de Educação Profissional. Neste estudo, a inserção profissional é compreendida como um processo que possui componente individual, coletiva, histórica e que deve ser analisada considerando o contexto social daquela localidade. Ou seja, o modelo político, econômico e social compõe o contexto do processo de inserção profissional.

⁴ O mercado de trabalho é formado por empregadores e empregados. A visão clássica do mercado de trabalho pressupõe que as relações trabalhistas se dão a partir da oferta (empregados) e demanda (empregadores) de mão de obra, tendo o ponto de equilíbrio dessa equação o valor do salário.

Objetivo Geral

Identificar aspectos relevantes, sob a ótica dos egressos, acerca do processo de inserção profissional dos concluintes do curso de tecnologia em secretariado de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) que possam ser utilizados no fortalecimento do objetivo institucional de propiciar processos educativos que possibilitem o acesso ao mundo do trabalho.

Objetivos Específicos

- Identificar em que medida os egressos do curso superior de tecnologia em secretariado de uma Instituição de Ensino Superior (IES) Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) estão se inserindo no mundo do trabalho.
- Identificar os aspectos impactantes no processo de inserção profissional sob a perspectiva dos egressos.
- Compreender o significado do trabalho para os egressos do curso superior de tecnologia em secretariado de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT)

2. Fundamentação Teórica

Diante do problema de pesquisa e dos objetivos estabelecidos, a fundamentação teórica deste trabalho de projeto é constituída por três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre o processo de inserção de estudantes no mundo do trabalho, o segundo capítulo apresenta os objetivos e perspectivas da formação profissional e o terceiro capítulo traz a discussão sobre a formação superior tecnológica em secretariado.

2.1. A inserção e atuação no mundo do trabalho

Conforme Figaro (2008), entende-se o mundo do trabalho como um microcosmo da sociedade que envolve normas, discursos, tecnologias, culturas, identidades e as subjetividades que passam a existir em decorrência das relações da atividade humana do trabalho. Dessa forma, a categoria “mundo do trabalho” apresenta-se de forma ampla, difusa e complexa, além de possuir destaque por representar grande parte da atividade humana (Figaro, 2008).

No contexto do sistema capitalista caracterizado pela acumulação do capital e fundamentado na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, o trabalhador que era produtor direto dos meios de sua subsistência no feudalismo passa a vender a sua força de trabalho, transformando a economia de subsistência agrícola em economia de mercado (Moraes, 2008).

Com isso, as bases do capitalismo estão postas, pois, de um lado, os trabalhadores separados dos meios de subsistência buscam se inserir e atuar no mercado de trabalho e, de outro lado, os proprietários dos meios de produção procuram extrair mais-valor da força de trabalho para a constituição de suas riquezas.

Tal sistema se difundiu e se consolidou na maior parte dos países. Contudo, diante da crise do início da década de 1970, surge a necessidade de reorganização da produção, possibilitando ponto de vista político, a efetivação do ideário caracterizado pela “privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.” (Antunes, 2009, p. 33).

Harvey (2008) destaca que o mercado de trabalho foi fortemente reestruturado, em função das necessidades de reorganização produtiva. Este

processo foi facilitado, pois encontrou sindicatos enfraquecidos e excedente de mão de obra, impondo a flexibilização dos regimes e contratos de trabalhos. Afirma também que a mudança organizacional e tecnológica imposta pelo capitalismo implicou na mudança da dinâmica da luta de classes “no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho.” (Harvey, 2008, p. 169).

Nesse contexto, os empregadores acabaram por exercer um forte controle sobre a força de trabalho que se encontrava debilitada pela recessão e pelo desemprego, sendo esse período caracterizado pela atuação do Estado e da burguesia contra a classe trabalhadora e contra as condições oriundas da fase áurea do fordismo⁵. Como consequência dessa reestruturação produtiva do capital, observa-se a precarização da força de trabalho ou, mesmo, a exclusão de um contingente de trabalhadores do processo produtivo, bem como a intensificação do desemprego estrutural (Antunes, 2009).

De acordo com Busnello (2013), a reestruturação produtiva é marcada pelas inovações tecnológicas baseadas na microeletrônica e, com isso, passa-se da produção em massa oriunda do fordismo para a produção flexível que permite adaptações rápidas em decorrência da automação para atender aos anseios do mercado. O autor salienta que esse modelo de produção flexível impõe que os direitos trabalhistas também sejam flexibilizados para que as empresas possam utilizar-se da força de trabalho na medida das demandas do mercado (Busnello, 2013).

No cenário brasileiro, é possível verificar a adoção de práticas neoliberais no início da década de 1990 e a intensificação do processo de reestruturação produtiva que teve como consequência a precarização do trabalho com a elevação do nível de desemprego, a fragilização dos contratos de trabalho e a expansão da informalidade e da terceirização⁶ com o objetivo de reduzir os custos da força de trabalho (Antunes, 2009).

Acerca da precarização do trabalho, é possível identificar dois fenômenos a ela inerentes: a informalidade e a flexibilização. Antunes (2018) define o trabalho

⁵ O fordismo pode ser entendido como uma forma de organização do trabalho que fragmenta as funções e o ritmo de trabalho é estabelecido pela linha de montagem que evita o deslocamento dos trabalhadores, mantendo um fluxo contínuo de produção.

⁶ A terceirização consiste no processo de contratação de empresas interpostas para execução de atividades que antes eram realizadas pela própria empresa com vistas a redução dos custos da força de trabalho, não existindo uma relação direta entre a empresa tomadora de serviços e o trabalhador, afastando assim as normas protetoras do Direito do Trabalho.

informal como aquele em que o vínculo empregatício não está ao abrigo da legislação protetora do trabalho e, desse modo, o trabalhador encontra-se desprovido de direitos em clara precarização das conquistas laborais advindas ao longo da história. No que diz respeito à flexibilização do trabalho, o autor entende como um importante instrumento para afastar a concessão de direitos garantidos pela legislação.

Em 2008, emerge uma nova crise do capital que contribuiu significativamente para a ampliação do processo de precarização estrutural do trabalho com a flexibilização das relações trabalhistas, ampliando as desigualdades socioeconômicas. De acordo com Antunes (2018) esse cenário propiciou uma diminuição da pactuação de contratos formais de trabalho e expandiu fenômenos como a terceirização, informalidade e precarização⁷, visando a adoção de instrumentos aptos a incrementar a extração do sobretrabalho.

O relatório sobre proteção social 2020-22 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelou que o desemprego em 2008 atingiu 195 milhões de pessoas no mundo e, que 40% (quarenta por cento) das pessoas ocupadas se encontravam abaixo da linha da pobreza em decorrência dos baixos salários (OIT, 2020), mostrando que a desregulamentação de direitos trabalhistas não resultou na criação de novos empregos, mas, ao contrário, colocou os trabalhadores em condições de miserabilidade.

No contexto brasileiro, Antunes (2018) ressalta que os governos submeteram-se às imposições do capitalismo por meio da adoção de políticas neoliberais como, por exemplo, a alteração legislativa que definiu que o negociado prevalecesse sobre o legislado nas relações laborais, ou seja, prevalece o acordo firmado entre trabalhadores e patrões em relação às garantias até então asseguradas; a possibilidade de terceirização irrestrita, flexibilizando totalmente o pacto trabalhista com a possibilidade de eliminação do contrato de trabalho; o enfraquecimento dos sindicatos com o fim da contribuição sindical obrigatória. Antunes (2018) alerta que o desmantelamento da representatividade sindical em razão da precarização do trabalho, impossibilita que os trabalhadores se reconheçam como força coletiva, como classe.

⁷ A precarização do trabalho insere-se na dinâmica do capitalismo flexível que impõe a aceitação de condições precárias pelo trabalhador ante à ameaça do desemprego. Esse fenômeno possui como características a diminuição das conquistas históricas dos trabalhadores, a redução do patamar dos direitos sociais e trabalhistas e o aprofundamento da desigualdade social.

Como reflexo da reestruturação produtiva do capital, da consolidação do Estado neoliberal e da intensa inovação tecnológica, ocorreu mais recentemente surgimento das plataformas digitais de intermediação/contratação de trabalho e da economia compartilhada (Silva, 2018). Dessa forma, a era digital contribuiu com o crescimento da terceirização nos mais diversos setores da economia, inclusive, na atividade-fim das empresas (Antunes, 2018).

Sobre o tema, Antunes (2018) afirma que a forma como as tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão sendo utilizadas transforma trabalhadores em escravos digitais, uma vez que estão sempre disponíveis para o labor sob demanda que se caracteriza pela precariedade e/ou ausência de direitos trabalhistas. Ressalta que a informatização do trabalho levou à informalização, ou seja, a ausência de direitos para os trabalhadores e que isso pode ser verificado pela ampliação dos terceirizados, subcontratados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, demonstrando o crescimento do trabalho precarizado.

De igual modo, nota-se o desmonte dos direitos trabalhistas conquistados ao longo do tempo sob o argumento de modernização, mantendo assim os trabalhadores alienados sobre a realidade. Além disso, o Estado Social esvazia-se com o objetivo de beneficiar o mercado e o capital e, desse modo, o ser humano é tratado como mercadoria em clara afronta ao princípio da dignidade humana (D'Oliveira e Martins, 2019).

Esse contexto de escassez e deterioração das relações trabalhistas possui impacto maior em economias com elevado grau de desigualdade, atingindo principalmente em segmentos específicos como os jovens e as minorias. De acordo com Antunes (2018), as mudanças no mundo do trabalho afetam mais os indivíduos que, diante de uma situação financeira desfavorável, são obrigados a antecipar sua entrada no mercado de trabalho.

Marcassa e Conde (2017) apresentam uma grande contradição ao ressaltar que, apesar de desejável o término da educação básica para entrada no mercado de trabalho, os jovens de estratos sociais mais baixos são inseridos de forma precoce no mercado de trabalho, o que fragiliza o processo de ensino e pode, inclusive, contribuir para a evasão escolar, enfraquecendo a condição do jovem como trabalhador em razão da baixa qualificação.

Pastore (1979), ao analisar a origem social, a idade de entrada no mercado de trabalho, o nível educacional dos indivíduos e o status ocupacional, apesar das exceções, verificou que quanto mais baixa a origem social, mais cedo os indivíduos ingressam no mercado de trabalho em ocupações com status ocupacional inferior e com menores possibilidades ascensão profissional. Nesse contexto, a origem social possui uma amarração indireta com as possibilidades profissionais. No mesmo sentido, Sampaio (2013) considera que a educação não se concretiza dentro padrões universais, pois o processo de aprendizagem deve considerar as peculiaridades sociais específicas nas quais o indivíduo se desenvolve, cresce e se transforma em autor das próprias transformações.

Silva (2004) destaca que as pesquisas sobre inserção profissional no Brasil ainda são incipientes. Examinando os dados de pesquisa realizada com estudantes de quatro universidades, a pesquisadora constatou que a idade de entrada no mercado de trabalho possui forte relação com o segmento social de origem. Ou seja, jovens da classe baixa entram no mercado antes dos 16 anos em ocupações inferiores, já os jovens da classe média, em geral, terminam o estudo obrigatório e ingressam no mercado por volta dos 20 anos em ocupações intermediárias, enquanto os jovens de classe alta, em geral, finalizam o curso superior antes de entrarem no mercado de trabalho. Não obstante os resultados expressivos, a autora propõe não demarcar idades, mas sim compreender o significado do trabalho para esses grupos.

Moura (2013), ao pesquisar a inserção profissional de jovens no Brasil, ressalta que as condições sociais impelem que uma fração considerável dos filhos da classe trabalhadora necessitem, antes de finalizar a escolarização básica, entrar no mundo do trabalho, desempenhando tarefas elementares, para que possam se sustentar ou contribuir com a renda familiar. Contudo, a falta de escolaridade e o baixo grau de qualificação profissional forçam esses jovens trabalhadores a permanecerem em trabalhos simples e mal remunerados o que amplia e perpetua ainda mais a desigualdade social.

Rocha-de-Oliveira (2012) afirma que a inserção profissional é especialmente gravosa para mulheres, minorias étnicas e jovens. Assim, torna-se necessário consolidar o campo conceitual do processo de construção da força de trabalho para o Estado possa ampliar as condições de emprego e de educação/formação para tais

grupos. De acordo com o autor, o termo de pesquisa “inserção profissional” é recente e possui múltiplas interpretações, porém, para compreender a inserção profissional, é necessário se amparar em conceitos sociais complexos como o de juventude, vida adulta, transição profissional, transição da escola-trabalho e mercado de trabalho, tendo cada um desses temas inúmeras concepções (Rocha-de-Oliveira, 2012).

Na concepção de Vernières (1997 como citado em Rocha-de-Oliveira, 2012), a “Inserção profissional é o processo pelo qual os indivíduos que jamais participaram da população ativa, ingressam em uma posição estável no sistema de emprego” (Vernières, 1997, p. 3 como citado em Rocha-de-Oliveira, 2012). Importante registrar que, para o referido autor, a inserção profissional acontece mesmo quando o indivíduo ocupa de um posto de trabalho diferente de sua formação, considerando tal fato uma disfunção do processo.

Conforme Rocha-de-oliveira e Piccinini (2008), a perspectiva que entende como central a ocupação de uma atividade demandada por um sistema produtivo é uma visão excessivamente econômica. Para eles, o processo de inserção profissional é resultado de diversas interações de cunho individual, de grupo e institucionais. Posteriormente, com o aprofundamento dos estudos sobre inserção profissional, Rocha-de-Oliveira (2012) concebeu a inserção profissional como um processo individual na medida em que cada sujeito irá escolher e vivenciar tal processo; coletivo porque será realizado de forma similar pela mesma geração ou uma mesma formação; histórico em razão de ocorrer dentro de um contexto econômico, social e político e, por último, socialmente inscrito, pois é marcado por processos institucionalizados e representações sociais.

Segundo Silva (2004), citando Trottier (1998), o ingresso do jovem na vida ativa constitui um tema polêmico, já que parte das pesquisas com o objetivo de compreender as causas das desigualdades escolar e social considera o sistema educacional como um mecanismo estratificação, diferenciação e seleção dos indivíduos por considerar a existência um vínculo entre a ocupação e o nível de educação. Outra parte das pesquisas busca responder as necessidades de adequação no sistema de gestão e planejamento das instituições de ensino e focaliza sua observação no ingresso no mercado de trabalho após a saída do sistema educacional.

Além disso, Silva (2004), citando Charlot e Glasman (1999, p. 21 como citado em Silva, 2004) afirma que o sistema de inserção profissional de jovens possui obstáculos que transforma o momento em um “verdadeiro percurso de combatentes”. Segundo tais autores, as três principais dificuldades são o diploma, os custos de adaptação e ocupação e a falta de experiência. Nessa perspectiva, o diploma não garante a obtenção de boas vagas de trabalho, para aprender o ofício as empresas não se responsabilizam mais pelos custos desse aprendizado e, por último, a falta de experiência dificulta a obtenção de um trabalho estável.

Conforme Charlot e Glasman (1999), a partir dos anos 1960, a ideia de inserção ultrapassa a perspectiva simplória de completar uma idade e começar a trabalhar, passando a se compreendida como um processo complexo que tem se prolongado, Nessa acepção, a inserção abrange a necessidade do jovem de alcançar um espaço no mercado de trabalho após a saída do sistema escolar.

Rocha-de-Oliveira, citando Dubar (2001 como citado em Rocha-de-Oliveira, 2012), afirma que a discussão sobre inserção profissional deve ser compreendida dentro de um contexto histórico, considerando as características institucionais, culturais e sociais daquela localidade. Diante disso, a análise da inserção profissional fundamenta-se em aspectos como desenvolvimento tecnológico, fatores demográficos, nível de formação e demais elementos que impactam o mundo do trabalho. Ou seja, a necessidade de associar o aspecto estrutural deve ser entendido como a vivência que decorre de sua origem com o aspecto biográfico que são as experiências vividas nas relações sociais e das interferências culturais que a geração de jovens está submetida dentro de um contexto histórico.

Nesse sentido, Rocha-de-oliveira e Piccinini (2008) asseveram que Dubar expande a abrangência sobre características que influenciam a inserção profissional ao levar em consideração componente sócio-histórico, pois fica claro que a inserção profissional, além dos aspectos individuais, depende dos aspectos inerentes aquela localidade e daquele momento econômico. Diante dessa compreensão, as pesquisas passaram a serem realizadas com uma abordagem mais ampla, possibilitando entender o contexto individual perante um ambiente externo não considerando apenas a questão econômica e, sim, o resultado das interações diversas e complexas como deve ser em uma análise sociológica.

Rocha-de-Oliveira (2012), citando Galland (2007 como citado em Rocha-de-Oliveira, 2012) afirma que a inserção profissional não é vivenciada de forma idêntica por todos os jovens, uma vez que as juventudes são diversas. Ou seja, os aspectos sociais, culturais, regionais e econômicos existentes dentro de uma nação tornam ainda mais complexa a compreensão desse fenômeno.

Assim, os aspectos individuais devem ser levados em consideração para a análise do ingresso do jovem no mercado de trabalho. Segundo Rocha-de-Oliveira (2012), as particularidades individuais podem ser compreendidas como a origem familiar que abrange a questão étnica, a escolaridade e a profissão exercida pelos pais e as crenças da família acerca do trabalho. Além da origem familiar, também abrange os aspectos individuais a experiência e as expectativas profissionais. Como experiência profissional, pode-se entender a relação do indivíduo com o mundo trabalho que abrange os conhecimentos práticos, as relações oriundas do exercício da profissão e os sucessos e fracassos ocorridos na trajetória profissional. A análise das expectativas profissionais possibilita verificar como o sujeito se qualifica para se manter no exercício da profissão.

Vieira e Alves (1995), ao apresentarem análises sobre a política pública de qualificação no Brasil, ressaltam que a formação educacional não pode ficar alheia aos desafios do mercado de trabalho, não significando que deva se restringir a preparação ou capacitação para o emprego.

Pochmann (2008) assevera que o desemprego tem assolado todos os segmentos da sociedade, sendo persistente inclusive dentro de grupos com maior escolarização, que por vezes são obrigadas a ocupar postos de trabalhos que não necessitam da sua qualificação. Conforme D. P. Sampaio (2013), o mercado de trabalho tem se tornado mais competitivo e exige cada vez mais conhecimento e experiências por parte do trabalhador. Contudo, dentro de uma realidade de desemprego estrutural e diante do exército de trabalhadores disponíveis, a obtenção de uma qualificação não leva necessariamente a inserção profissional, pois é preciso o desenvolvimento de competências que levem o indivíduo a utilizar-se das tecnologias difundidas no mercado de trabalho.

Silva (2004) também acredita que o diploma tem se tornado insuficiente para a inserção profissional. Para a autora, o tamanho da rede de relações e a

capacidade de mobilizar os membros tem sido fundamental no processo de inserção profissional.

2.2. A formação profissional no Brasil

Sampaio (2013), ao analisar o desenvolvimento da educação profissional, afirma que existe um debate ao longo tempo acerca da articulação entre educação, ciência e tecnologia e o processo produtivo. O que se discute diz respeito às demandas do mercado de trabalho em relação à qualificação profissional, à repercussão do processo contínuo de transformação no setor produtivo e de que maneira o sistema educacional atende a essas demandas e até mesmo de se deveria atendê-las.

No Brasil, a história da educação profissional caracteriza-se por movimentos, muitas vezes, contraditórios que demonstram a existência de várias concepções sobre o que se pretende com essa formação. Nesse sentido, Sampaio (2013) ressalta que a formação profissional e tecnológica nunca foi imparcial social ou economicamente ao longo da história, sendo influenciada pelas contradições que decorrem do sistema.

Pacheco (2010) afirma que a educação profissional e tecnológica é uma ação política, pois colabora com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, mas vai além disso, pois é fator de transformação social, em virtude de contribuir para exercício da cidadania por milhões de brasileiros. Por outro lado, Sampaio (2013) chama atenção ao afirmar que a oferta educacional, seja pública ou privada, evidencia interesses ligados ao mercado de trabalho, à produção e ao consumo, mas isso não ocorre de maneira ostensiva, pois oculta-se demandas de grupos político-econômicos dominantes ou elitistas. Além disso, verifica-se uma desmedida exigência de crescente qualificação profissional sem uma necessária contrapartida do aumento da remuneração dos trabalhadores.

Nessa perspectiva, Ávila (2009, p.1) afirma “o sistema educacional solidifica os interesses do capital e afasta cada vez mais a possibilidade da ‘emancipação humana’ que só será possível para além do capitalismo”. Sendo assim, Kuenzer (2006) entende que o sistema educacional, em termos práticos, faz uma seleção que retrata os interesses do sistema capitalista ou, em razão de políticas públicas ditas de democratização, há um incremento de todos os pontos da cadeia produtiva,

porém os processos educativos são enfraquecidos, resumindo-se a uma chance de certificação que não garante a inserção ou estabilidade no mercado de trabalho.

Seguindo no entendimento de Kuenzer (2007), a educação não pode ser entendida como um direito de todos em condições de igualdade, mas como uma qualidade de mais-valor que é acessível a uma parcela privilegiada da sociedade. Dessa forma, a principal ponderação que se faz no que tange aos programas de educação profissional destinados à inclusão social por meio da formação profissional é a de que se trata, na verdade de uma “inclusão excludente, sempre subordinada à lógica da acumulação”.

A concepção de que a educação propedêutica ou a educação profissional caracteriza-se como aspecto determinante para o ingresso no mundo do trabalho é nova. Nesse sentido, Ávila (2009) destaca que, no início, somente as classes dominantes possuíam acesso à qualificação, porém o estabelecimento do sistema capitalista fez com que a educação ocupasse um lugar relevante, já que reproduz as condições do modo de produção impostas pelo capital.

Sendo assim, fez-se preciso que a classe trabalhadora recebesse uma educação com objetivo de desenvolver competências necessárias para o trabalho. Em razão da disseminação do sistema de produção flexível, observa-se que educação profissional passa a integrar em seus currículos as habilidades e competências exigidas pelas empresas. Dessa forma, os conteúdos dos cursos devem ser continuamente reformulados ou atualizados para acompanhar as mudanças nos sistemas produtivos (Sampaio, 2013).

De acordo com Sampaio (2013), as políticas públicas podem gerar resultados diversos dos esperados em razão das diferenças existentes nas várias regiões do país e, também, em decorrência da deficiência educacional dos indivíduos. Nesse sentido, Pair (2005, p. 178 como citado em Sampaio, 2013) afirma que “a expansão da educação pode inclusive contribuir para aprofundar o fosso entre ricos e os pobres, que não conseguem tirar dela o mesmo proveito”. Nesse contexto, o foco das políticas de educação profissional, em determinados momentos, busca atender os interesses do mercado de trabalho com a profissionalização de indivíduos para a execução de atividades operacionais, em outros, procura-se ofertar uma formação onde o trabalho é desenvolvido como um princípio educativo pedagógico de uma formação ampla.

De acordo com Kuenzer (2009 como citado em Sampaio, 2013), as maneiras de inclusão profissional dos indivíduos subordinam-se e atendem aos anseios do processo de acumulação do capital. Além disso, as políticas públicas de acesso ao mundo do trabalho no âmbito de uma economia capitalista garantem que a qualificação profissional é suficiente para que o indivíduo encontre uma ocupação. Contudo, esse tipo de política pública não pode garantir de maneira absoluta que o sujeito com qualificação profissional ocupará um posto de trabalho e propicia a exclusão social daqueles que não possuem formação profissional (Carvalho, 2012, p. 16 como citado em Sampaio, 2013).

Além disso, as normas que regem o ingresso no mercado de trabalho como as leis trabalhistas que estabelecem idade mínima para o trabalho e a regulamentação para o exercício de determinadas profissões, bem como as políticas públicas que abordam a questão da inserção profissional são aspectos institucionais que impactam a entrada do jovem no mercado de trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2012).

Conforme Ramos (2014), a educação profissional no Brasil origina-se com a criação do colégio das fábricas em 1809 com o objetivo de ensinar ofícios a um segmento específico da população, os desvalidos. Segundo a autora, estabelece-se, assim, a concepção dual no sistema educacional, um enciclopédico destinado a formar a elite e outro profissional destinado aos filhos dos trabalhadores. Ou seja, a formação profissional e tecnológica possui um caráter dúbio, uma vez que revela as contradições inerentes ao sistema capitalista (Sampaio, 2013).

Diante dos anseios de aumento da produtividade, impulsionaram-se políticas com o objetivo de ampliar a educação profissional para atender a demanda do sistema produtivo. Diversos autores ressaltam os perigos decorrentes da supervalorização do foco no mercado de trabalho, pois acaba por se submeter aos interesses dominantes e perpetuação desta lógica. De acordo com Vieira e Alves (1995), o processo formativo no âmbito escolar deve contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano de forma individual e coletiva. No mesmo sentido, Moura (2013) afirma que a formação omnilateral ou integral, pública e igualitária e de responsabilidade do Estado é o propósito a ser atingido no contexto de uma sociedade baseada na justiça.

De acordo com Rocha-de-Oliveira (2012), o conhecimento das regras que regem o mercado de trabalho faz parte do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho. Assim, conforme Rocha-de-Oliveira (2008, p. 533), faz-se necessário a instituição de “políticas públicas voltadas para a redução drástica do déficit educacional se configuram como a forma mais efetiva de reduzir a vulnerabilidade dos jovens e melhorar as condições de sua inserção no mercado de trabalho”. Dessa forma, mostra-se relevante a atuação das instituições de ensino já que podem disseminar essas normas ainda durante a formação do jovem na escola.

Nesse sentido, houve a promulgação da Lei nº 8.948, de 1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que, dentre as principais medidas, transforma todas as Escola Técnicas Federais (ETF) em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), instituições com autonomia de gestão financeira, alinhadas a uma política liberal (Ramos, 2014).

Nos anos 2000, mudanças importantes foram realizadas no âmbito da educação profissional. Por meio do Decreto 5.154/2004, foi restabelecida a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), revogando o Decreto 2.204/1999. Em 2005, foi instituída a articulação entre a Educação de Jovens e Adultos articulada com a Educação Profissional Tecnológica (PROEJA) na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), conforme o Decreto 5.478/2005. No ano de 2006, o Decreto 5.840/2006 ampliou o PROEJA para todos os sistemas de ensino estadual e municipal. Em 2007, o Decreto 6.302/2007 instituiu o programa Brasil Profissionalizado que buscou apoiar às redes de ensino estadual na implantação da educação integrada ao ensino médio (Ramos, 2014).

Outro passo importante para a educação profissional foi a publicação, pelo MEC em 2004, do documento intitulado “Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”. Tal documento procurou retomar concepções como o compromisso com a redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento socioeconômico, a vinculação à educação básica e a escola pública de qualidade. Além disso, o documento ressalta que a educação profissional e tecnológica deve estar fundamentada em preceitos como a vinculação ao mundo do trabalho, a interrelação com diversas políticas públicas, a reformulação do sistema público de

ensino médio técnico, o compromisso com a formação dos educandos e a valorização dos profissionais de educação profissional e tecnológica.

Ainda nesse período, outros documentos e movimentos do MEC demonstram uma percepção da educação profissional e tecnológica como uma ferramenta de desenvolvimento humano, econômico e social e um bem público da sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação profissional é compreendida como um mecanismo de redução das diferenças sociais e regionais, tendo como pressuposto o projeto de nação soberana e de desenvolvimento sustentável, mediados por uma escola pública com qualidade social e tecnológica.

Conforme, Goergen (2010, p. 24 como citado em Costa e Ferri, 2018, p. 13) “a qualidade da universidade não pode ser avaliada apenas pelo critério de sua maior ou menor adaptação ao mercado”. Assim, a perspectiva adotada no presente trabalho não pressupõe que o ensino dos aspectos relacionados a formação profissional se sobreponha as necessidades teóricas ou limite a formação de indivíduos autônomos. Busca-se tão somente compreender se os conhecimentos práticos presente em todos os currículos estão de alguma forma, sob a perspectivas dos estudantes, possibilitando a sua inserção no mundo do trabalho.

As escolas também possuem função relevante nesse processo, já que podem colaborar para elaboração de normas que podem impactar de modo direto ou indireto o mercado de trabalho (Rocha-de-Oliveira, 2012). De acordo com Sampaio (2013), a educação aprimorou-se de forma a colaborar com desenvolvimento do sistema produtivo. No mesmo sentido aponta Costa e Ferri (2018) ao afirmarem que a universidade também inclina-se a inserir a ideologia do mercado com a adoção de medidas que resolveriam de pronto as demandas sociais, colaborando para a formação destinada ao mercado de trabalho e empregabilidade do indivíduo.

Porém, a educação no Brasil é deficiente e agrega particulares que dificultam a inserção profissional como a evasão escolar, as significativas taxas de repetência e o baixo aproveitamento dos conteúdos ministrados pelos alunos. Nesse sentido, Carvalho (2012, p. 17) relata que experiências em instituições de cursos profissionalizantes revelam que a ausência de educação escolar e doméstica constituem empecilhos para que o trabalhador consiga ser contratado.

Moura (2013) compreende que, diante da acentuada desigualdade social na qual jovens dependem da entrada no mundo do trabalho para sobreviver e dentro do

embate entre capital e trabalho, no transcurso da luta política da classe trabalhadora, é viável que ocorram progressos de caráter quantitativo e qualitativos para o desenvolvimento de uma educação profissional que além da formação humana consiga inserir profissionalmente jovens carentes.

No Brasil, entre os anos de 2004 e 2011, houve uma significativa ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), uma vez que a educação profissional reaparece como política pública destinada ao desenvolvimento do país e, para isso, um dos principais objetivos é favorecer a inserção de jovens e de trabalhadores no mercado de trabalho (Sampaio, 2013). Nesse contexto, outro passo importante para o desenvolvimento da educação profissional aconteceu com o advento da Lei 11.892/2008 que institucionalizou a criação dos Institutos Superiores de Educação, Ciência e Tecnologia. A criação dos Institutos Federais (IFs) ampliou a oferta de educação profissional fundamentada em uma formação humana integral, buscando superar separação histórica entre o trabalho manual e intelectual (Ramos, 2014).

Os Institutos Federais buscam a construção de um processo educacional que integre a formação humana, considerando todas as dimensões da vida, constituídas pelo trabalho, ciência, tecnologia e cultura (Ramos, 2014). Nesse mesmo sentido, Moura (2013) defende a implementação de escolas técnicas ao afirmar que o caminho para a travessia em direção à escola unitária, laica, universal, pública e gratuita deve ter início com a implantação de escolas que unam a teoria e a prática.

Ao refletir sobre a realidade socioeconômica brasileira, Moura (2013) afirma que é necessário conceber e materializar o ensino com uma base unitária para todos, com fundamento na concepção de formação integral que possui como eixos estruturantes o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, podendo a formação técnica ser acrescentada como uma possibilidade de formação.

Atualmente, discute-se a importância da necessidade da educação superior, possuindo duas vertentes: a primeira defende que a universidade produz conhecimento, principalmente, por meio do desenvolvimento de pesquisas e, de outro lado, existem aqueles que sustentam que a formação superior deve ter como objetivo a qualificação de mão de obra especializada (Costa e Ferri, 2018). Além disso, Silva (2004) ressalta a importância de pesquisas que busquem compreender

se o discurso de que o crescimento do país encontra-se diretamente relacionado ao desenvolvimento do capital humano possui fundamento.

2.3. A formação no curso superior de Tecnologia em Secretariado

Diante da complexidade do mundo social, o ser humano necessita a todo momento aprender e esse aprender também se refere aos conhecimentos necessários para ingressar no mundo do trabalho. Contudo, conforme Correia (2003), o processo formativo deve adaptar os indivíduos para o trabalho, mas para que estes possam transformar o contexto de trabalho. Marques (2014) alerta para o fato de que a construção de uma sociedade justa com cidadãos críticos e com senso ético fundamenta-se em uma educação que não se limita a profissionalização. No mesmo sentido, Costa e Ferri (2018) afirmam que a formação não deve se restringir ao domínio de competência técnica, devendo a educação fundamentar-se nos princípios de uma formação que se preocupe com o desenvolvimento integral do estudante.

Costa e Ferri (2018) afirmam que o Consenso de Washington difundiu um programa de concepção neoliberal que, posteriormente, se transformou em recomendações de organismos internacionais como o Banco Mundial. Com isso, segundo os autores, o desenvolvimento científico e tecnológico fica submetido aos interesses imediatos do capital, não sendo possível crer na existência de um currículo neutro. Dessa forma, o contexto do mundo de trabalho, assim como os aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos influenciam os projetos pedagógicos.

No Brasil, um dos principais impulsionadores para a implementação de reformas na educação superior foi a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI. O referido documento apresenta de forma central a relevância da formação profissional e afirma que a educação deve formar pessoas com capacitações profissionais que articulem conhecimentos teóricos e práticos em cursos e programas que se adaptem constantemente às necessidades da sociedade, revelando mais uma vez que o sistema produtivo será responsável por direcionar os projetos pedagógicos dos cursos.

Costa e Ferri (2018) afirmam que o mercado de trabalho tem exigido profissionais com competências para lidar com uma diversidade de atividades e com capacidade de se adaptar as mudanças nos sistemas produtivos. Assim, este trabalhador precisa desenvolver habilidades cognitivas, habilidades técnicas e comportamentais que em boa medida são relacionadas à formação escolar.

No Brasil, o direito à educação encontra-se previsto no artigo 6º da Constituição Federal (CF/88). Tal direito é classificado como um direito fundamental social, ou seja, o Estado deve garantir este direito a todos os cidadãos de forma a preservar a dignidade da pessoa humana. Para tanto, atos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) foram instituídos buscando concretizar esse direito, segmentando a educação em dois níveis: o básico e o superior. O nível básico, conforme o artigo 22 da LDB, tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” e o superior tem por finalidade, consoante dispõe o artigo. 43:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização

de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

Diante dos normativos legais, o Ministério da Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação com o objetivo de apresentar as competências que devem nortear o processo educacional. Assim, as DCN's devem ser cumpridas por todas as instituições de ensino e se tornam balizadores do processo de construção de projetos pedagógicos dos cursos e, conseqüentemente, norteiam as práticas docentes dos cursos e o perfil de formação do egresso.

Costa e Ferri (2018), ao analisar as DCNs, afirmam que o texto do documento apresenta com destaque os conteúdos da formação profissional, tendo inclusive expressões que orientam que a formação desenvolva no estudante as competências para superar desafios inerentes às mudanças organizacionais e às condições do exercício profissional. Desse modo, tal documento baliza o processo de construção de projetos pedagógicos e a prática docente ao apresentar os perfis profissionais.

Ainda na concepção de Costa e Ferri (2018), a definição de perfis profissionais convenientes para o mercado não pode consistir em critério determinante para a empregabilidade dos egressos dos cursos de graduação, pois atualmente existem fatores como a precarização do trabalho, os índices de emprego e renda baixos e os problemas vinculados ao desemprego e à crise econômica que necessitam ser levados em consideração.

Ainda segundo Costa e Ferri (2018), a educação de qualidade, a formação profissional satisfatória e o desenvolvimento de um perfil favorável à empregabilidade não podem estar dissociados de um investimento, em primeiro lugar, em uma robusta formação do sujeito. Dessa forma, entende que a universidade é local que contribui para a construção do aluno como profissional, porém, antes de tudo, deve ser onde se forma e se consolida o sujeito. No entanto, isso só será viável se suscitar no indivíduo a capacidade de realizar uma avaliação crítica da realidade por meio de uma postura investigativa diante do mundo.

Costa e Ferri (2018) afirmam que, em que pese o fato de as instituições universitárias buscarem convergir seus processos educacionais de forma a manter relação com as atividades produtivas, a educação superior visa a formação profissional, mas não se restringe a isso, pois abrange o processo de formação integral do indivíduo. Prandi (1982) apresenta uma visão crítica na qual uma das

funções da universidade tem sido, justamente, ampliar o exército de pessoas preparadas para ocupar vagas no mercado de trabalho, caso seja interesse do capital. Ainda segundo o autor, nesse contexto, os trabalhadores com formação superior, diante da necessidade de sustento, quando contratados, aceitam salários de ocupações menos qualificadas e este processo contribui para a alienação do próprio trabalhador de nível universitário.

Silva (2004) destaca que a universidade possui um papel central no processo de desenvolvimento de conhecimento e não uma atuação em favor de uma concepção mais adaptada aos desejos do capital. Nesse sentido, a autora considera importante pesquisar como acontece a inserção do profissional de nível superior, quais são as qualificações requeridas e quais são as condições de trabalho a que está submetido.

Outro ponto que deve ser considerado ao pesquisar a formação profissional, conforme C. G. De Almeida e Socci (2017), é o fato de que a escolha profissional é cercada de incertezas e que dúvidas relacionadas a tais escolhas possuem maior chance surgir no momento de entrada no mercado de trabalho, quando o indivíduo se prepara para exercer as atividades inerentes da profissão.

No Brasil, os cursos tecnológicos existem desde a década de 1960 com duração média entre dois e três anos, sendo classificados como de nível superior. Além disso, tais cursos possuem conteúdos e práticas mais alinhadas com as especificidades da profissão e do mercado de trabalho, sendo essa formação destinada a atender as necessidades do sistema produtivo em razão de possibilitar a inovação científico-tecnológica.

O diploma de graduação dos tecnólogos equivale-se ao de bacharel e possui validade para a continuação nos estudos em cursos de especialização e de pós-graduação ou para o exercício de cargo de nível superior na administração pública. De acordo com o Censo da Educação Superior, esses cursos têm sido cada vez mais procurados pelos estudantes e o principal motivo é o menor tempo de duração com a consequente possibilidade de início da vida profissional.

Sampaio (2013) atenta-se para o fato de que, dentro de um contexto de busca incessante pelo aumento do lucro, a educação profissional encontra dificuldade para preparar o indivíduo numa “concepção cidadã” e crítica, que possibilite que o estudante reivindique melhorias substanciais na qualidade de vida da população.

Silva (2004), ao analisar pesquisas sobre a inserção profissional de egressos de nível superior, afirma que essa formação oferece vantagens relativas à realização de tarefas menos elementares e à remuneração para os egressos, mas que tais vantagens não significa que esses profissionais estejam no paraíso e usufruam de benefícios.

Sposito et al. (1989) alerta para uma tendência da educação superior, que se encaixa perfeitamente no que acontece na educação profissional, que é a concentração de tais cursos no período noturno. Segundo a autora, a formação noturna possui uma produtividade reduzida quando se pensa nos aspectos da qualidade de ensino, o que fortalece o desenvolvimento do capital, na medida em que a formação passa a se concentrar nos aspectos mais relevantes para a inserção profissional, reduzindo em parte o tempo disponível para o acesso ao saber historicamente acumulado.

Kuenzer (2007) afirma que o fator determinante para a entrada ou não no mercado de trabalho são as demandas do processo produtivo e não a qualificação. Costa e Ferri (2018), citando Zabalza (2004, p. 49 como citado em Costa e Ferry, 2018), apontam uma mudança sobre as competências requeridas pelas empresas. Segundo os autores, o próprio mercado de trabalho tem percebido que a formação eminentemente técnica não tem solucionado o problema das empresas diante da complexidade das demandas sociais e da rapidez com que as mudanças estão impactando as organizações. No mesmo sentido, Gondim (2002), diante do contexto de rápidas mudanças, salienta que o processo formativo começa a dar ênfase numa formação generalista que valorize experiências práticas que possam desenvolver no estudante um amadurecimento e identidade profissional capaz de atuar em um ambiente cercado pela imprevisibilidade.

Costa e Ferri (2018) afirmam que o contexto econômico desfavorável, acentuado pela situação social, desigualdade, desemprego estrutural e desaparecimento de profissões e das formas tradicionais de trabalho, tem impelido que as universidades sejam pressionadas a realizar alterações nos currículos que priorizem a formação profissional.

Pastore (1979) alerta que, em países desenvolvidos, o status do ingresso no mercado de trabalho é um dos principais aspectos para a mobilidade social. Contudo, em sociedades menos desenvolvidas, o início da carreira ocorre de

maneira mais precoce e concomitante à permanência do indivíduo na estrutura familiar.

Prandi (1982) chama atenção para o fato de que, com a perda de exclusividade dos filhos da elite nas universidades, inicia-se um movimento de redução do custo do ensino e, conseqüentemente, da sua qualidade. Essa qualidade deve atingir somente o necessário de forma a estimular a competição sob a narrativa de que os melhores terão oportunidades de ascender socialmente.

Neste contexto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica encontra-se vinculada ao Ministério da Educação e foi instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo composta pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná e o Colégio Pedro II.

De acordo com o artigo 7º da Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica possui como objetivos oferecer de forma gratuita cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, cursos superiores de tecnologia, cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica, cursos de bacharelado e engenharia, cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado. Além disso, deve realizar pesquisas aplicadas, desenvolver atividades de extensão, estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão.

Diante disso, a instituição analisada foi criada em dezembro de 2008, juntamente com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Atualmente, a instituição possui estrutura *multicampi*, composto por uma Reitoria e 10 *campi*, atuando em diversos eixos tecnológicos conforme a vocação econômica da região.

A formação de tecnologia em secretariado busca formar profissionais capazes de realizar atividades de assessoramento, consultoria e gestão no âmbito administrativo e secretarial, podendo desempenhar tais atribuições em empresas de prestação de serviços, órgãos de classe, indústria e comércio, seja em organizações públicas, privadas ou ainda no terceiro setor.

A profissão de secretário no Brasil foi regulamentada pela Lei nº 7.377, de 30 de novembro de 1985, posteriormente alterada pela Lei nº 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Contudo, as atividades deste profissional estão presentes desde o surgimento das civilizações. Os escribas, por exemplo, desempenhavam atividades como a escrita textos e leis, o registro, cópia e arquivamento dados e informações que hoje são atividades tipicamente desempenhadas por profissionais da área de secretariado (Castelo 2007).

Inicialmente, os profissionais da área de secretariado eram do sexo masculino, filhos de famílias ricas que conseguiram ensinar seus filhos a ler e escrever. Contudo, tal realidade modifica-se diante da falta de homens ocasionado pela Segunda Guerra Mundial, iniciando-se o processo de inserção das mulheres nessa área. Na década de 1950, com o grande desenvolvimento e da instalação de multinacionais fabricantes de veículos no Brasil, a contratação de pessoas do sexo feminino para exercer as funções secretariais tornou-se uma realidade (Natalense, 1998).

Contudo, diante das mudanças e o desenvolvimento tecnológico as atividades desenvolvidas pelos profissionais de secretariado também precisaram se adequar ao contexto social, político e econômicos. Nesse contexto, o profissional de secretariado precisa dominar competências nas mais diversas áreas. W. Almeida e D'elia (2019) asseveram que o secretário tem participado na execução e melhoria dos processos de gestão administrativa no âmbito das organizações. De acordo com Pilastrri (2009), o profissional de secretariado atua em diversos campos, esferas e setores, sendo importante no apoio administrativo, na assessoria pessoal, no planejamento e organização de eventos e no gerenciamento de processos.

Giorni (2019), ao apresentar as possibilidades de atuação do profissional de secretariado, afirma que esse profissional pode atuar como gestor, assessor, consultor, empreendedor e docente. Na assessoria, o profissional busca soluções, enquanto como consultor, procura melhorar o desempenho de atividades ou processos. Na perspectiva de empreendedor, o profissional de secretariado fundamenta-se na inovação. Como gestor, desenvolve atividades para alcançar os objetivos propostos e, enquanto docente, atua no âmbito do ensino pesquisa e extensão

Nesse contexto, a formação do profissional de secretariado busca desenvolver no estudante as competências necessárias para a sua inserção profissional. Assim, Resolução nº 3, de 23 de junho de 2005, ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Secretariado Executivo, afirma que os egressos devem possuir e aptidão para compreender as questões científicas, acadêmicas, tecnológicas e estratégicas, assegurando o desempenho de múltiplas funções de acordo com as especificidades de cada organização, gerenciando com sensibilidade, competência e discrição o fluxo de informações e comunicações internas e externas.

O Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), apresenta que o campo de atuação do profissional de secretariado pode ser exercido em empresas em geral, seja do setor primário, secundário ou terciário, em organizações não-governamentais, órgãos públicos. O referido documento apresenta também o perfil esperado profissional de Secretariado:

planeja e organiza os serviços de secretaria. Assessora executivos, diretores e suas respectivas equipes de forma a otimizar os processos. Executa atividades de eventos, serviços protocolares, viagens, relações com clientes e fornecedores. Redige textos técnicos. Gerencia informações. Coordena as pessoas que fazem parte de sua equipe. Auxilia na contratação de serviço de terceiros. Acompanha contratos de serviços e o cumprimento dos prazos de execução das atividades. Levanta informações de mercado para tomadas de decisão. Controla arquivos e informações. Supervisiona a execução das decisões. Realiza a comunicação interna e externa. Decide sobre a rotina do departamento em que opera. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Ainda sobre as atividades desenvolvidas pelo profissional de secretariado, Reis (2019) afirma que esse profissional é peça-chave para as organizações por realizar o elo entre o gestor, colaborador, cliente interno e externo. Assim, necessita de boa bagagem intelectual, espírito prático, pensamento rápido, visão antecipada além do domínio da língua portuguesa e estrangeira, conhecimentos básicos de projetos e espírito de liderança.

No mesmo sentido, Reis (2019) apresenta como as principais competências do profissional de secretariado o domínio da língua estrangeira, conhecimento sobre sistemas de gestão, ferramentas administrativas computacionais. Em relação às habilidades, o autor destaca a necessidade de resiliência, capacidade de criar e manter rede de relações, liderança, capacidade de escutar e falar efetivamente.

3. Metodologia

3.1. A pesquisa

Conforme Bicudo (1993), pesquisar caracteriza-se pela busca de compreensões, interpretações e explicações significativas ou mais claras sobre o objeto de estudo a partir de uma interrogação formulada. Almeida (2010) afirma que o ato de pesquisar pressupõe a aplicação de procedimentos metodológicos capazes de delinear o problema de pesquisa que impulsionou o pesquisador de forma que os objetivos da pesquisa sejam atingidos. De acordo com Fiorentini e Lorenzato (2006), a essência do objeto de pesquisa indica a abordagem metodológica a ser seguida.

Diante disso, esta pesquisa define-se como de natureza aplicada. De acordo com Barros e Lehfeld (2014), a pesquisa aplicada destina-se a orientar a implementação de uma solução imediata de problemas do cotidiano. Em relação aos objetivos, classifica-se como descritiva, uma vez que busca apresentar “características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (Gil, 2002, p. 42).

Quanto à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Na pesquisa quantitativa, o significado do fenômeno é vinculado a uma grandeza, sendo utilizada para compreender em que medida tem acontecido a inserção e atuação profissional dos egressos do curso de tecnologia em secretariado. Conforme Gil (2002), o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos.

A fim de compreender a inserção profissional dos egressos em secretariado de uma instituição de educação profissional e tecnológica, a pesquisa bibliográfica abrangeu os seguintes temas: “a inserção e atuação no mundo do trabalho”, “objetivos e perspectivas da formação profissional e tecnologia”; e a “formação no curso superior de tecnologia em secretariado” na Instituição de Ensino Superior dos egressos. Conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida com base no material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

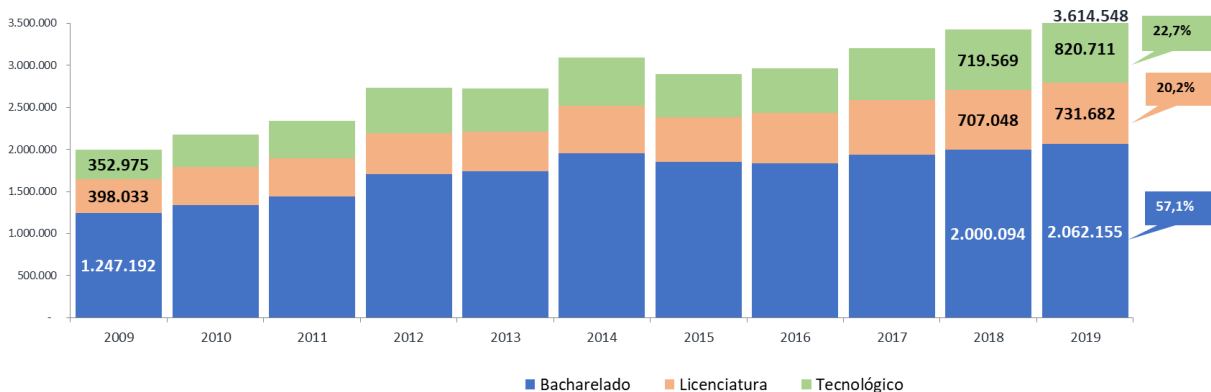
Assim, os dados sobre a inserção profissional dos egressos serão recebidos por meio de questionário online, utilizando-se da ferramenta “google formulários”. De acordo com Gil (2002, p. 114), “por questionário entende-se um conjunto de

questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Nesse sentido, o questionário elaborado busca investigar o processo de inserção profissional considerando os três ângulos levantados por Rocha-de-Oliveira (2012), sendo eles: o contexto sócio-histórico que engloba o desenvolvimento tecnológico, a conjuntura econômica, a estrutura demográfica; os aspectos individuais do ingressante, que compreende as suas representações sobre o trabalho, expectativas e experiências e as estratégias utilizadas para se inserir no mundo do trabalho; a última perspectiva considera os aspectos institucionais relativos a políticas públicas, regulamentações estatais, políticas de gestão de pessoas dentro das organizações e as instituições de ensino e intermediários no processo de inserção.

3.2. Contexto de aplicação e participantes da pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Instituição de Ensino Superior, integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que foi instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e encontra-se vinculada ao Ministério da Educação. De acordo com o Censo da Educação realizado pelo INEP, 16,2% de todas as matrículas realizadas em cursos de graduação em 2019 foram ofertadas por essa Rede.

Figura 1: Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico (2009-2019).



Fonte: Censo da Educação Superior (INEP).

O campus a ser pesquisado está localizado em uma região administrativa que de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), do ano de 2018, possui 115.256 habitantes e, em média, de 3,47 moradores por domicílio. A

idade média da população é de 28,9 anos, sendo 51% do sexo feminino. A pesquisa estima que a renda domiciliar é de R\$ 3.687,00, resultando em um valor médio por pessoa de R\$ 1.374,50 (CODEPLAN, 2018).

Em relação aos aspectos escolares, os dados da PDAD apontam que, na faixa etária de 4 a 24 anos, 59,5% dos moradores afirmaram frequentar a escola pública, sendo mais frequente o nível de escolaridade do ensino médio completo com 31,3% da população. Entre os frequentes, 71,8% estudam na própria cidade (CODEPLAN, 2018).

O curso de tecnologia em secretariado é ofertado em um Campus que começou suas atividades em 2015, ocupando uma área total de 26.216 m², distribuídas em 5 blocos. A estrutura física é composta por: auditório, biblioteca, laboratórios de informática e ginásio poliesportivo. Atualmente, o campus oferta cursos de formação inicial continuada, ensino médio integrado, técnico subsequente, tecnólogo e licenciaturas, possuindo aproximadamente 1.400 (mil e quatrocentos) alunos.

Os dados do Censo da Educação Superior 2019, elaborado INEP, revela que, aproximadamente, 23% das matrículas em cursos de nível superior corresponderam a matrículas em cursos tecnológicos, mostrando que o grau tecnológico registrou o maior crescimento percentual em número de matrículas em relação ao ano anterior. A oferta o curso de tecnólogo em secretariado é aprovado pela Resolução do Conselho Superior da Instituição de Ensino Superior e encontra-se no eixo tecnológico de “gestão e negócios”, possui a carga horária total de 1.650 horas divididas em seis semestres. Atualmente, são ofertadas 40 vagas por ano. A primeira turma se formou no 2º semestre de 2018. A população total é composta por 71 egressos, conforme quadro abaixo:

Tabela 1: População da pesquisa.

| Quantidade de alunos | Formatura |
|-----------------------------|---------------------|
| 25 | 2º semestre de 2018 |
| 17 | 2º semestre de 2019 |
| 2 | 1º semestre de 2020 |
| 27 | 2º semestre de 2020 |
| 71 | Total |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme documentos da Instituição de Ensino Superior, a graduação em secretariado busca formar profissionais para atuar em atividades de assessoria ou administração em secretaria. Esses profissionais são responsáveis por realizar atividades de assessoramento, consultoria e gestão no âmbito administrativo e secretarial, podendo desempenhar tais atribuições em empresas de prestação de serviços, órgãos de classe, indústria e comércio, seja em organizações públicas, privadas ou ainda no terceiro setor.

O instrumento de pesquisa para a coleta de dados será aplicado no 2º semestre de 2021 e utilizará a plataforma Google Formulários. O *link* do instrumento de pesquisa foi compartilhado por meio do aplicativo de mensagem whatsapp e enviado pelo Diretor Geral do Campus para o e-mail de todos os egressos, conforme Apêndice D. Dos 71 respondentes possíveis, a pesquisa obteve 59 respostas, perfazendo 81,94% de participação. A aplicação da pesquisa online traz diversas vantagens, dentre elas, a ampliação do acesso, uma vez que os egressos do curso não se encontram mais vinculados a instituição. Além disso, a aplicação de forma *online*, possibilita a flexibilização e dinamização do processo que em um contexto de pandemia poderia colocar em risco o pesquisador e os participantes da pesquisa.

Para a participação na pesquisa, será assegurado aos participantes medidas que garantam a liberdade de participação, a integridade do participante da pesquisa e a preservação dos dados que de alguma forma possam identificá-lo. Será garantido, assim, a privacidade, o sigilo e a confidencialidade de sua participação. Para isso, o consentimento e as devidas garantias éticas legais estarão explicitados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando ao participante todas as prerrogativas legais previstas na Resolução nº 466/2012.

Os interessados em responder o questionário concordarão com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual explicitará o consentimento livre e esclarecido do participante de forma escrita. Nele conterá todas as informações necessárias, mediante uma linguagem clara e objetiva sobre a pesquisa a qual se propõe a participar, além das garantias legais e éticas e de sigilo e anonimato.

O TCLE foi apresentado antes da aplicação do questionário, possibilitando que o possível participante tenha o tempo necessário para a leitura do respectivo termo. Caso o participante apresentasse dúvidas sobre qualquer item do TCLE, essas dúvidas poderiam ser esclarecidas por e-mail ou telefone que se encontram

disponíveis no TCLE. Somente após esses procedimentos, os interessados em participar da pesquisa puderam responder o questionário.

3.3. Instrumento de pesquisa e análise dos dados

Diante do objetivo de compreender em que medida os egressos do curso de tecnologia em secretariado estão sendo inseridos dentro do mundo do trabalho, o instrumento de pesquisa apresenta questões relacionadas à inserção dos egressos no mundo do trabalho, buscando verificar se essa inserção aconteceu antes, durante ou após a conclusão do curso, como foi o processo, quanto tempo demorou, se essa inserção aconteceu em sua área de formação e em que tipo de vínculo trabalhista o egresso se encontra e se a conclusão do curso possibilitou a ascensão salarial e/ou profissional.

Com o objetivo de identificar os aspectos impactantes no processo de inserção profissional sob a perspectiva dos egressos, o instrumento de pesquisa apresenta questões que buscam compreender quais foram os fatores que influenciaram de forma positiva e negativa o acesso a ocupações, questões relacionadas as competências desenvolvidas durante a formação, a contribuição do curso para o seu desenvolvimento profissional, sua formação frente ao mercado, assim como a sua impressão sobre a área de secretariado. Por último, o instrumento de pesquisa traz questões podem nortear a gestão da unidade de forma a ampliar a inserção profissional.

Com o objetivo de testar o instrumento de pesquisa, antes de aplicar o questionário, dois alunos responderam os questionários com o registro das dificuldades e eventuais problemas relacionados ao entendimento das questões ou das alternativas possíveis. Após a análise do tempo de resposta e das dificuldades encontradas, o questionário foi finalizado.

Conforme Gil (2002), o processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Diante disso, os dados da amostra serão tabulados⁸ de forma a construir indicadores estatísticos, como o de frequências de média, mediana e

⁸ A quantidade de classes e os seus respectivos intervalos foram calculados conforme regra de Herbert Arthur Sturges ($k = 1 + 3,3 \cdot \log n$).

desvio padrão, que possibilitem a compreensão do processo de inserção profissional dos egressos do curso de tecnologia em secretariado da instituição analisada.

Após a construção dos indicadores estatísticos, será possível analisar os resultados encontrados diante das três perspectivas sobre a inserção profissional, apresentadas por Rocha-de-Oliveira (2012). Ou seja, as análises buscaram compreender o contexto sócio-histórico que engloba o desenvolvimento tecnológico, a conjuntura econômica, a estrutura demográfica; os aspectos individuais do ingressante, que compreende as suas representações sobre o trabalho, expectativas e experiências e as estratégias utilizadas para se inserir no mundo do trabalho; assim como os aspectos institucionais relativos a políticas públicas, regulamentações estatais, políticas de gestão de pessoas dentro das organizações e as instituições de ensino e intermediários no processo de inserção.

Nesse sentido, o banco de dados com as respostas dos egressos foi inserido no software Stata versão 16.0, no qual as análises foram realizadas. Calcularam-se distribuições percentuais e medidas de posição e de dispersão para as variáveis sociodemográficas, de trajetória profissional e de percepção sobre o curso de Secretariado Executivo. A depender da sua natureza das variáveis, foram utilizados os Testes qui-quadrado e exato de Fisher para verificar associação das variáveis explicativas e os desfechos categóricos. A escolha entre os testes se deu com base na contagem esperada de células. Para os desfechos constituídos por variáveis quantitativas, aplicou-se o teste t de Student no intuito de verificar as diferenças de médias. O nível de significância adotado em toda a análise foi de 5%. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos box plot e de barras.

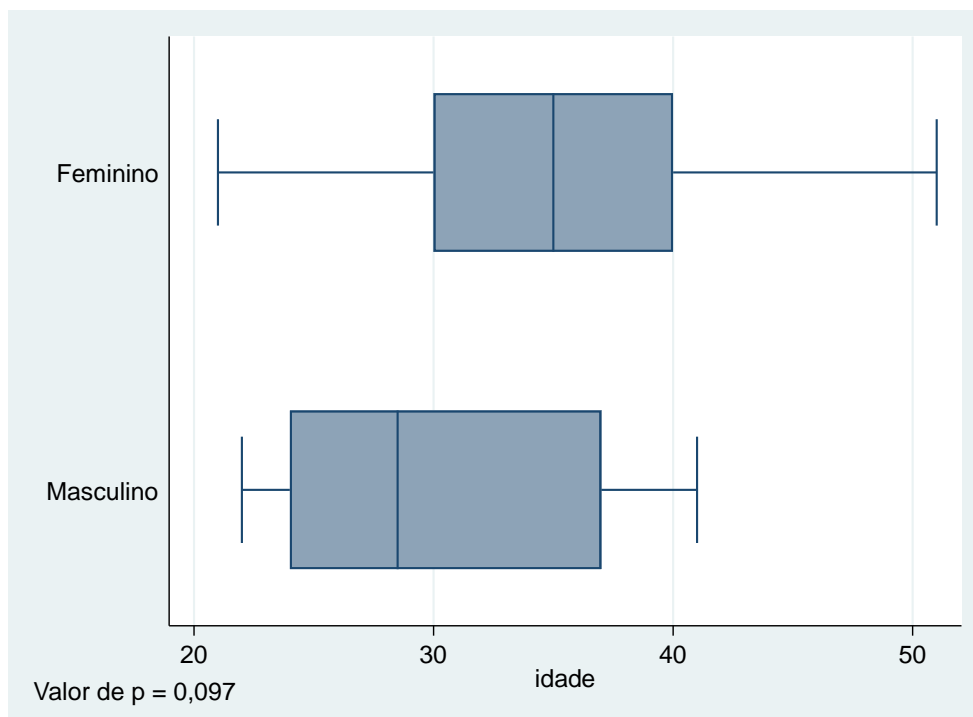
4. Resultados e discussão

Nesse capítulo, serão apresentados os resultados e a discussão sobre o tema pesquisa. Com o objetivo de aprofundar as análises, os dados serão apresentados neste capítulo sob três perspectivas: contexto social dos egressos; aspectos relacionados a inserção profissional e a percepção dos egressos sobre a formação.

4.1. Contexto social dos egressos

Os participantes da pesquisa possuem idade média de 33,93 com desvio padrão de $\pm 7,89$ anos, sendo a média de idade dos egressos do sexo feminino maior (34,7 anos), em comparação a dos homens (30,1 anos), esta diferença não é estatisticamente significativa (Figura 2).

Figura 2: Boxplot da distribuição da idade de egressos por sexo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A idade mais frequente entre os egressos é de 42 anos (moda). Esse achado destoa significativamente em relação aos dados de egressos apresentados no Censo da Educação Superior de 2019 que apresenta a idade de 23 anos como a

idade de conclusão mais frequente (moda) para alunos de cursos presenciais (Figura 3). Outra característica importante do grupo analisado é o amplo espectro da idade dos egressos (21 anos a 51). Nesse ponto, o grupo feminino destaca-se ainda mais, indicando que o acesso à graduação para esse grupo não ocorre logo após a conclusão do ensino básico.

Figura 3: Perfil discente de Graduação (presencial e a distância) – 2019.

| Atributos do Vínculo Discente de Graduação | Modalidade de Ensino | |
|--|----------------------|--------------|
| | Presencial | a Distância |
| Gênero | Feminino | Feminino |
| Categoria Administrativa | Privada | Privada |
| Grau Acadêmico | Bacharelado | Licenciatura |
| Turno | Noturno | n.a. |
| Idade (matrícula) | 21 | 22 |
| Idade (ingresso) | 19 | 20 |
| Idade (concluinte) | 23 | 30 |

Fonte: Censo da Educação Superior de 2019 – INEP.

Além disso, ao organizar os dados da idade dos participantes em classes com as respectivas frequências, percebe-se que não existe uma faixa etária que detém uma concentração de destaque, a distribuição acontece de forma quase que equitativa entre os intervalos de 21 a 45 anos, confirmando que, sob o prisma da idade, trata-se de um grupo heterogêneo, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Idade dos participantes da pesquisa.

| Intervalo | Frequência | Frequência Relativa |
|-----------|------------|---------------------|
| 21 - 25 | 11 | 18,64% |
| 26 - 30 | 10 | 16,95% |
| 31 - 35 | 13 | 22,03% |
| 36 - 40 | 12 | 20,34% |
| 41 - 45 | 8 | 13,56% |
| 46 - 51 | 5 | 8,47% |
| TOTAL | 59 | 100% |

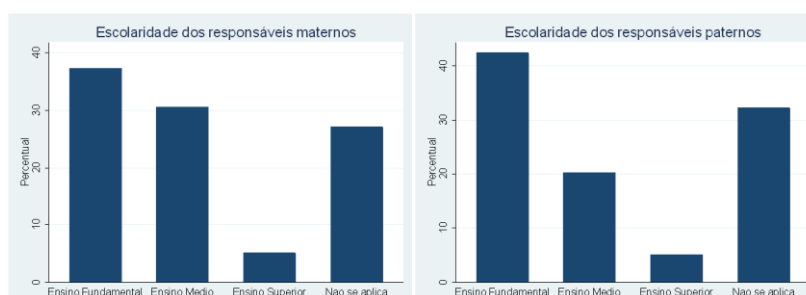
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao sexo, mostra-se evidente a predominância do sexo feminino com 83% dos participantes. Esse achado converge com outras pesquisas da área de secretariado que apontam a prevalência de profissionais do sexo feminino e algumas indicam até mesmo a existência de uma cultura de exclusão e preconceito com profissionais do sexo masculino (Schultz et al., 2015).

Em relação à formação escolar, verificou-se que a maioria dos egressos é oriunda da rede pública, uma vez que, aproximadamente, 94,92% cursaram o ensino fundamental na rede pública e 91,53% o ensino médio. Esse dado chama atenção pelo fato de que historicamente os alunos da rede pública acessam com menor frequência as universidades, em especial instituições públicas. Conforme a Síntese de Indicadores Sociais de 2018 do IBGE, mesmo com o sistema de reserva de vagas para o acesso ao sistema público de ensino superior, o percentual de alunos que frequentavam o bacharelado presencial nas instituições públicas chegou em 2016 a 22,7%.

Ainda sob os aspectos escolares, verifica-se que para a figura materna e paterna dos egressos, o grau de educação predominante é o ensino fundamental, sendo respectivamente 42,37% para a figura paterna e 37,29% para a figura materna. Percebe-se também a pequena quantidade de responsáveis com formação com nível superior, sendo 5,08% para a figura materna e paterna, conforme Tabela 3. Sobre esse aspecto, a Síntese de Indicadores Sociais de 2018 do IBGE afirma que as oportunidades, o rendimento do trabalho e da mobilidade social, possuem inequívoca relação com a educação. Assim, considerando que somente 5,08% dos responsáveis possuíam curso superior completo, considera-se expressivo o fato de 94,92% dos egressos terem escolaridade superior ao dos seus pais, o que indica maiores possibilidades sociais que seus responsáveis.

Figura 4: Escolaridade dos responsáveis dos egressos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre o local de residência, é importante ressaltar que 61,02% dos participantes responderam residir no bairro São Sebastião, mesmo bairro do campus. O percentual expressivo de egressos residentes no local do campus pode indicar que a descentralização das Instituições Federais de Ensino Superior e a abertura de cursos noturnos têm ampliado as possibilidades de matrículas para estudantes de regiões desfavorecidas economicamente que precisam estudar e trabalhar, conforme Tabela 3.

Tabela 3: Caracterização sociodemográfica dos estudantes.

| Variáveis | n | % |
|--|----------|----------|
| Sexo | | |
| Feminino | 49 | 83,05 |
| Masculino | 10 | 16,95 |
| Instituição em que cursou a maior parte do Ensino Fundamental | | |
| Pública | 56 | 94,92 |
| Privada | 03 | 05,08 |
| Instituição em que cursou a maior parte do Ensino Médio | | |
| Pública | 54 | 91,53 |
| Privada | 05 | 08,47 |
| Escolaridade máxima figura materna | | |
| Ensino Fundamental | 22 | 37,29 |
| Ensino Médio | 18 | 30,51 |
| Ensino Superior | 03 | 05,08 |
| Não se aplica | 16 | 27,12 |
| Escolaridade máxima figura paterna | | |
| Ensino Fundamental | 25 | 42,37 |
| Ensino Médio | 12 | 20,34 |
| Ensino Superior | 03 | 05,08 |
| Não se aplica | 19 | 32,20 |
| Local de residência durante o curso | | |
| São Sebastião | 36 | 61,02 |
| Outra localidade | 23 | 38,98 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesse contexto, analisando conjuntamente os dados sociodemográficos, o perfil típico do referido curso, sob o ponto de vista da moda⁹, poderia ser representado por uma mulher de aproximadamente 34 anos, que estudou em escola pública, filha de pais com ensino fundamental completo e moradora do bairro de São

⁹ Representa o valor mais frequente de um conjunto de dados.

Sebastião (tais atributos não podem ser tomados integradamente, mas sim de maneira separada).

4.2. Aspectos relacionados a inserção profissional

Em relação à idade de entrada no mercado de trabalho, verifica-se que grande parte dos egressos começou a desenvolver atividade remunerada antes do término do estudo obrigatório (54,24%). Chama atenção o fato de 10,17% dos egressos terem declarado que iniciaram o desempenho de atividade remunerada antes dos 14 anos, sendo esta idade mínima permitida por lei para o desempenho de qualquer atividade profissional. Além disso, 44,07% que afirmaram que iniciaram entre 14 e 16 anos, idade na qual o trabalho só é permitido na condição de aprendiz, conforme Tabela 4.

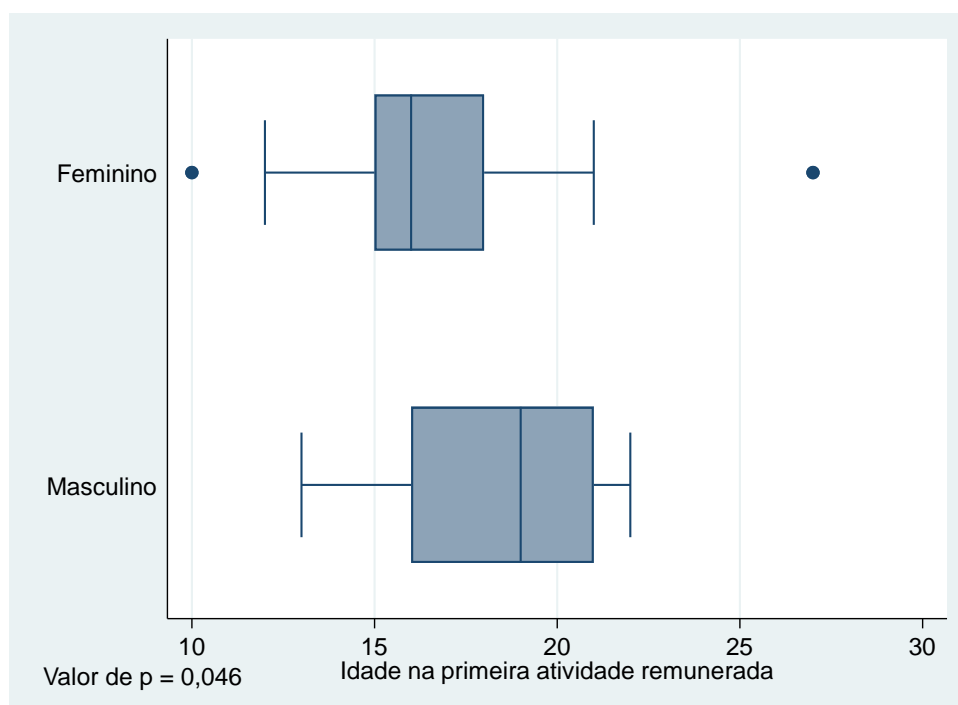
Tabela 4: Idade de entrada no mercado de trabalho.

| Idade | n | % |
|---------|----|--------|
| 10 – 13 | 06 | 10,17 |
| 14 – 16 | 26 | 44,07 |
| 17 - 20 | 21 | 35,59 |
| 21 - 24 | 05 | 08,47 |
| 25 – 27 | 01 | 01,69 |
| Total | 59 | 100,00 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

A idade mais frequente de ingresso no mercado de trabalho dos egressos é de 16 anos (moda) com valor central de 16 anos (mediana). Diante da distribuição de frequência, percebe-se que existe uma concentração do ingresso nas classes de 14 a 16 anos e de 17 a 20, concentrando 79,66% da idade de entrada, conforme Tabela 4. A média de idade da primeira atividade remunerada dos participantes do estudo foi de 16,81 com desvio padrão de $\pm 2,97$ anos, com diferença estatisticamente significativa entre os sexos ($p=0,046$), conforme teste t de Student com significância de 5% (Figura 5).

Figura 5: Boxplot da distribuição da idade na primeira atividade remunerada, por sexo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

As análises das idades de entrada dos egressos no mercado de trabalho indicam que a inserção profissional para esse grupo acontece de forma adiantada, fazendo com que o estudo concorra com as atividades laborais. Além disso, ao analisar em conjunto a idade dos egressos com a idade de entrada no mercado de trabalho, percebe-se que o grupo de sexo feminino inicia as atividades mais cedo no mercado de trabalho o que pode estar associado a entrada mais tarde na formação superior.

Ao testar associação entre o período de início da atividade empregatícia e as variáveis: sexo, faixa etária, atividade laboral exercida, grau de satisfação profissional, remuneração atual e preparação para o mercado de trabalho, verificou-se que a faixa etária e a remuneração atual estão associadas ao período de início da atividade empregatícia (Tabela 5). Nesse contexto, é possível verificar que nas faixas etárias maiores (31 a 51 anos), a maior parte dos egressos já estavam

inseridos dentro do mercado de trabalho ao iniciarem o curso. Por outro lado, para a faixa etária de 26 a 30 anos, a maioria só se insere profissionalmente após a conclusão do curso. Em relação a remuneração atual, percebe-se que as maiores remunerações estão concentradas no grupo que já exercia atividade antes de entrar no curso.

Tabela 5: Associação entre variáveis de interesse e período de início da atividade empregatícia.

| Variáveis | Período de início da atividade empregatícia | | | | | | | | Valor de p [†] |
|--|---|-------|-----------------|-------|--------------|-------|---------------|-------|-------------------------|
| | Antes do curso | | Durante o curso | | Após o curso | | Sem atividade | | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | |
| Sexo | | | | | | | | | 0,680 |
| Feminino | 19 | 38,78 | 7 | 14,29 | 5 | 10,20 | 18 | 36,73 | |
| Masculino | 4 | 40,00 | 1 | 10,00 | 0 | 0 | 5 | 50,00 | |
| Faixa etária | | | | | | | | | 0,001 |
| 21 a 25 anos | 0 | 0 | 3 | 27,27 | 0 | 0 | 8 | 72,73 | |
| 26 a 30 anos | 1 | 10,00 | 3 | 30,0 | 4 | 40,0 | 2 | 20,0 | |
| 31 a 35 anos | 9 | 69,23 | 1 | 7,69 | 0 | 0 | 3 | 23,08 | |
| 36 a 40 anos | 6 | 50,00 | 1 | 8,33 | 1 | 8,33 | 4 | 33,33 | |
| 41 a 45 anos | 4 | 50,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 50,00 | |
| 46 a 51 anos | 3 | 60,00 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 40,00 | |
| Atividade laboral exercida* | | | | | | | | | 0,198 |
| Atividade administrativa | 10 | 62,50 | 4 | 25,0 | 2 | 12,50 | 0 | 0 | |
| Atividade técnica na área de Secretariado | 9 | 69,23 | 2 | 15,38 | 1 | 7,69 | 1 | 7,69 | |
| Atividade comercial | 1 | 33,33 | 1 | 33,33 | 1 | 33,33 | 0 | 0 | |
| Atividade empreendedora | 1 | 33,33 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 66,67 | |
| Atividade gerencial | 1 | 33,33 | 0 | 0 | 1 | 50,0 | 0 | 0 | |
| Grau de satisfação com a atual situação profissional* | | | | | | | | | 0,124 |
| Muito satisfeito | 3 | 60,0 | 1 | 20,0 | 1 | 20,0 | 0 | 0 | |
| Satisfeito | 13 | 65,0 | 4 | 20,0 | 1 | 5,0 | 2 | 10,0 | |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 5 | 41,67 | 1 | 8,33 | 3 | 25,0 | 3 | 25,0 | |
| Insatisfeito | 1 | 14,29 | 2 | 28,57 | 0 | 0 | 4 | 57,14 | |
| Muito insatisfeito | 1 | 50,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 50,00 | |
| Remuneração atual* | | | | | | | | | <0,001 |
| Até 1.650 reais | 0 | 0 | 4 | 40,0 | 4 | 40,0 | 4 | 20,0 | |
| Entre 1.651 e 3.300 reais | 19 | 79,17 | 2 | 8,33 | 1 | 4,17 | 2 | 8,33 | |
| Entre 3.301 e 5.500 reais | 3 | 100,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Preparo para o mercado de trabalho após o curso | | | | | | | | | 0,406 |
| Sim, razoavelmente preparado | 8 | 28,57 | 6 | 21,43 | 3 | 10,71 | 11 | 39,29 | |
| Sim, muito preparado | 13 | 56,52 | 2 | 8,70 | 2 | 8,70 | 6 | 26,09 | |

| | | | | | | | | |
|------------------------------------|---|-------|---|---|---|---|---|-------|
| Sim, um pouco preparado | 1 | 20,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 80,0 |
| Não estava nada ou muito preparado | 1 | 33,33 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 66,67 |

† Teste exato de Fisher. * Foram desconsiderados os participantes sem atividade laboral remunerada atual, uma vez que esta é uma categoria da variável de desfecho.

Com objetivo de verificar eventuais associações entre a troca de função após o término do curso e as variáveis: sexo, faixa etária, local de residência, atividade laboral exercida, grau de satisfação com a situação atual e adequação entre a atividade desenvolvida foi realizado o teste de Fisher. Contudo a troca de função após a conclusão do curso não se mostra associada às variáveis analisadas (Tabela 6).

Tabela 6: Associação entre variáveis de interesse e troca de função após a conclusão do curso.

| Variáveis | Trocou de função | | | | Valor de p |
|--|------------------|-------|----|-------|------------|
| | n | Sim % | n | Não % | |
| Sexo | | | | | 0,426 |
| Feminino | 14 | 28.57 | 35 | 71.43 | |
| Masculino | 1 | 10,0 | 9 | 90,0 | |
| Faixa etária | | | | | 0,189 |
| 21 a 25 anos | 2 | 18.18 | 9 | 81.82 | |
| 26 a 30 anos | 4 | 40,0 | 6 | 60,0 | |
| 31 a 35 anos | 6 | 46.15 | 7 | 53.85 | |
| 36 a 40 anos | 1 | 8.33 | 11 | 91.67 | |
| 41 a 45 anos | 2 | 25,0 | 6 | 75,0 | |
| 46 a 51 anos | 0 | 0 | 5 | 100,0 | |
| Local de residência durante o curso | | | | | 0,762 |
| São Sebastião | 10 | 27.78 | 26 | 72.22 | |
| Outra localidade | 5 | 21.74 | 18 | 78.26 | |
| Atividade laboral exercida* | | | | | 0,640 |
| Atividade administrativa | 3 | 18.75 | 13 | 81.25 | |
| Atividade técnica na área de Secretariado | 3 | 23.08 | 10 | 76.92 | |
| Atividade comercial | 0 | 0 | 3 | 100,0 | |
| Atividade empreendedora | 1 | 33.33 | 2 | 66.67 | |
| Atividade gerencial | 1 | 50,0 | 1 | 50,0 | |
| Grau de satisfação com a atual situação profissional* | | | | | 0,942 |
| Muito satisfeito | 1 | 20,0 | 4 | 80,0 | |
| Satisfeito | 5 | 25,0 | 15 | 75,0 | |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 3 | 25,0 | 9 | 75,0 | |
| Insatisfeito | 2 | 28,57 | 5 | 71,43 | |
| Muito insatisfeito | 0 | 0 | 2 | 100,0 | |

| Adequação entre a remuneração atual e as atividades desenvolvidas* | | | | | 0,973 |
|---|---|-------|----|-------|-------|
| Concordo | 4 | 22,22 | 14 | 77,78 | |
| Nem concordo, nem discordo | 1 | 25,0 | 3 | 75,0 | |
| Discordo | 3 | 20,0 | 12 | 80,0 | |

† Teste exato de Fisher. * Foram desconsiderados os participantes sem atividade laboral remunerada atual, uma vez que esta é uma categoria da variável de desfecho.

Sobre os motivos que levaram os egressos a cursarem a graduação tecnológica em secretariado, percebe-se que a vontade de acessar o mercado de trabalho é relevante. Nesse sentido, 44,07% dos egressos buscavam ampliar suas oportunidades de colocação profissional de forma ampla e 25,42% buscavam iniciar uma carreira na área de secretariado. Contudo, apenas 13,56% começaram a desempenhar a atividade enquanto cursava a graduação e apenas 8,47% conseguiram uma vaga após o término do curso. Nesse sentido, chama a atenção a quantidade de egressos que ainda se encontra a procura de uma atividade remunerada (38,98%).

Tabela 7: Expectativa, início da atividade profissional e situação ocupacional dos egressos.

| Variáveis | n | % |
|---|----------|----------|
| Expectativa ao ingressar no curso | | |
| Ampliar de forma geral as minhas oportunidades de colocação profissional | 26 | 44,07% |
| Iniciar uma carreira na área do secretariado | 15 | 25,42% |
| Ser promovido (a) no emprego | 07 | 11,86% |
| Cursar uma graduação em uma instituição pública | 07 | 11,86% |
| Atender aos desejos de meus familiares | 02 | 03,39% |
| Gostaria de empreender na área | 01 | 01,69% |
| Outros | 01 | 01,69% |
| Momento de início do exercício de atividade profissional | | |
| Ainda não estou desempenhando atividade remunerada | 23 | 38,98% |
| Comecei a desempenhar <u>ANTES</u> de iniciar o curso de tecnologia em secretariado | 23 | 38,98% |
| Comecei a desempenhar <u>DURANTE</u> o curso de tecnologia em secretariado | 08 | 13,56% |
| Comecei a desempenhar <u>DEPOIS</u> de terminar o curso de tecnologia em secretariado | 05 | 08,47% |
| Ocupacional atual dos egressos | | |

| | | |
|--|----|--------|
| Depois que me formei, estou exercendo atividade remunerada | 28 | 47,45% |
| Estou a procura de uma atividade remunerada | 23 | 38,98% |
| Não estou procurando atividade remunerada | 8 | 13,56% |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação aos aspectos profissionais, a maior parte dos egressos (69%) ainda não ingressou na área de Secretariado Executivo, embora 46% exerçam atividades remuneradas, principalmente na área administrativa. Dentre os que se encontram trabalhando, a maior parte é contratada formalmente nos termos da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). Para a maioria dos egressos, a conclusão do curso não teve a repercussão de mudar a função laboral ocupada ou a remuneração, que se encontra predominantemente na faixa entre R\$ 1.651,00 e R\$ 3.300,00 (Tabela 8).

Outro ponto relacionado à inserção profissional captado nas respostas é o impacto da conclusão do curso nas possibilidades de ascensão profissional. De acordo com os dados da pesquisa, 25,42% mudaram de cargo e/ou função após a conclusão do curso, sendo que 16,95% dos estudantes tiveram mudança de cargo com aumento de remuneração. Outro ponto importante é o fato de que 27,12% dos estudantes afirmam que conseguiram uma atividade remunerada por conta do curso.

Tabela 8: Caracterização profissional após o curso.

| Variáveis | n | % |
|---|----|-------|
| Ingresso na área de secretariado após a conclusão do curso | | |
| Não ingressou na área de formação | 41 | 69,49 |
| Ingressou na área de formação | 18 | 30,51 |
| Atividade técnica na área de Secretariado | 13 | 22,03 |
| Atividade comercial | 03 | 05,08 |
| Atividade empreendedora | 03 | 05,08 |
| Atividade gerencial | 02 | 03,39 |
| Não exerce atividades remuneradas | 22 | 37,29 |
| Tipo de contratação atual | | |
| Contrato de trabalho (carteira assinada) | 27 | 45,76 |
| Estagiário | 04 | 06,78 |
| Autônomo | 02 | 03,39 |
| Empreendedor | 02 | 03,39 |
| Servidor público | 02 | 03,39 |
| Empregado informal | 01 | 01,69 |
| Técnico em Secretariado/Terceirizado | 01 | 01,69 |

| | | |
|---|----|--------|
| Não estou exercendo atividade remunerada | 20 | 33,90 |
| Obtenção de ocupação após a conclusão do curso | | |
| Seguiu trabalhando na mesma ocupação | 18 | 30,51 |
| Não conseguiu atividade remunerada | 18 | 30,51 |
| Conseguiu atividade remunerada por conta do curso | 16 | 27,12 |
| Seguiu trabalhando e mudei de atividade na mesma empresa | 03 | 05,08 |
| Seguiu trabalhando, mas troquei de empresa | 02 | 03,39 |
| Estava desempregado(a) e conquistou vaga em outra área | 01 | 01,69 |
| Não buscou emprego porque tem outros objetivos | 01 | 01,69 |
| Situação após o curso | | |
| Segui trabalhando na mesma colocação | 18 | 30,51% |
| Não consegui nenhuma atividade remunerada por conta do curso | 18 | 30,51% |
| Consegui uma atividade remunerada por conta do curso | 16 | 27,12% |
| Outros | 07 | 11,86% |
| Mudança de emprego ou função após a conclusão do curso | | |
| Não trocou de função | 44 | 74,58 |
| Trocou de função e teve aumento | 10 | 16,95 |
| Trocou de função e não teve aumento | 05 | 08,47 |
| Remuneração atual (valor bruto) | | |
| Até 1.650 reais | 10 | 16,95 |
| Entre 1.651 e 3.300 reais | 24 | 40,68 |
| Entre 3.301 e 5.500 reais | 03 | 05,08 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destaca-se também o tempo necessário, após a formação, para que os egressos conseguissem ingressar na área de secretariado. Conforme os dados analisados, 72,22% dos egressos que passaram a atuar na área de secretariado tiveram essa inserção em até 10 meses após a conclusão do curso. Esse achado pode indicar a importância de que, após a formatura, o egresso busque inserir-se profissionalmente, pois um espaço de tempo maior após a conclusão do curso tende a reduzir as chances de inserção profissional na área, conforme Tabela 9.

Tabela 9: Tempo para ingressar na área de secretariado.

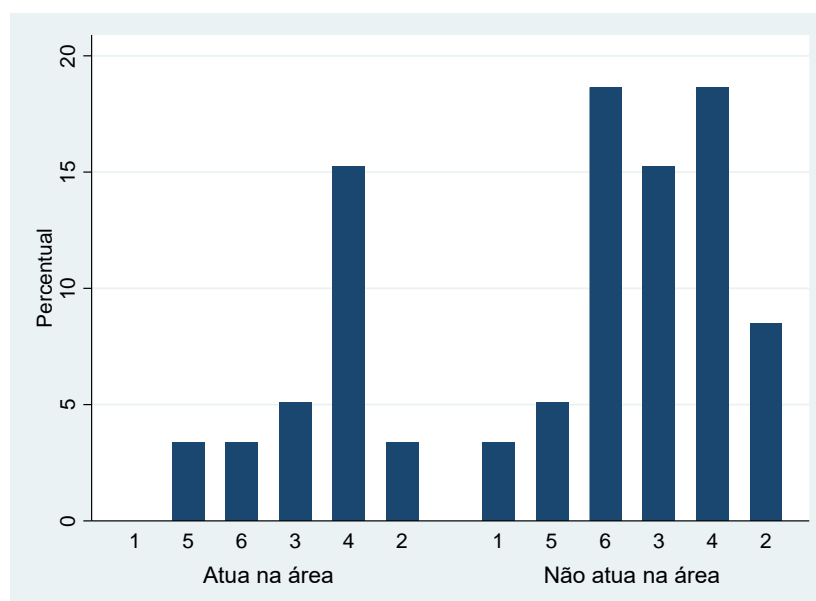
| Tempo (meses) | n | % |
|----------------------|----------|----------|
| 1 – 10,5 | 13 | 72,22% |
| 10,5 - 20 | 01 | 5,56% |
| 20 – 29,5 | 01 | 5,56% |
| 29,5 - 39 | 02 | 11,11% |
| 39 - 48,5 | 01 | 5,56% |

| | | |
|-------|----|---------|
| TOTAL | 18 | 100,00% |
|-------|----|---------|

Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda em relação aos aspectos profissionais, em relação a satisfação com a situação profissional, 42,37% dos egressos responderam que estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a situação profissional atual, embora importante parcela (25,42%) discorde da adequação entre a remuneração atual e as atividades profissionais desenvolvidas, conforme apresentado na Tabela 10.

Figura 6: Boxplot da distribuição da idade na primeira atividade remunerada, por sexo.



Legenda: 1: Muito insatisfeito; 2: Insatisfeito; 3: Nem satisfeito nem insatisfeito; 4: Satisfeito; 5: Muito satisfeito; 6: Não desempenha atividade.

Tabela 10: Percepção quanto à situação profissional e remuneração.

| Variáveis | n | % |
|--|----|-------|
| Grau de satisfação com a atual situação profissional | | |
| Muito satisfeito | 05 | 08,47 |
| Satisfeito | 20 | 33,90 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 12 | 20,34 |
| Insatisfeito | 07 | 11,86 |
| Muito insatisfeito | 02 | 03,39 |
| Não desempenha atividade remunerada | 13 | 22,03 |
| Adequação entre a remuneração atual e as atividades desenvolvidas | | |
| Concordo | 18 | 30,51 |
| Nem concordo, nem discordo | 04 | 06,78 |

| | | |
|--|----|-------|
| Discordo | 15 | 25,42 |
| Não estou exercendo nenhuma atividade remunerada | 22 | 37,29 |
| Grau de satisfação em relação às atividades profissionais desenvolvidas | | |
| Muito satisfeito | 09 | 15,25 |
| Satisfeito | 21 | 35,59 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 04 | 06,78 |
| Insatisfeito | 03 | 05,08 |
| Muito Insatisfeito | 01 | 01,69 |
| Não desempenha atividade remunerada | 21 | 35,59 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sobre a área de secretariado, os egressos do curso de Secretariado Executivo, em sua maioria, avaliam que a exigência do mercado de trabalho é compatível à desenvolvida durante a graduação e que se sentem razoavelmente preparados ou muito preparados para o mercado (86,44%), mas que poderiam voltar a estudar para adquirir mais conhecimento (35,59%) ou para conseguir uma ocupação melhor (35,59%). Sobre a percepção da área de secretariado, a opção de que a área se encontra em expansão foi a mais escolhida com 37,29% das respostas (Tabela 11).

Tabela 11: Percepções sobre o mercado de trabalho.

| Variáveis | n | % |
|--|----|-------|
| Avaliação da exigência do mercado de trabalho quanto à aptidão profissional | | |
| Compatível à desenvolvida durante a graduação | 33 | 55,93 |
| Não sabe responder | 10 | 16,95 |
| Superior a desenvolvida durante a graduação | 10 | 16,95 |
| Inferior a desenvolvida durante a graduação | 6 | 10,17 |
| Percepção sobre o mercado de trabalho na área de formação para os próximos anos | | |
| Em expansão | 22 | 37,29 |
| Estável | 15 | 25,42 |
| Em retração | 14 | 23,73 |
| Não sei responder | 8 | 13,56 |
| Percepção sobre o preparo para o mercado de trabalho após o curso | | |
| Sim, razoavelmente preparado | 28 | 47,46 |
| Sim, muito preparado | 23 | 38,98 |
| Sim, um pouco preparado | 5 | 8,47 |
| Não estava nada ou muito preparado | 3 | 5,08 |
| Principal motivo para voltar a estudar, do ponto de vista profissional | | |
| Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado | 21 | 35,59 |
| Conseguir um emprego melhor | 21 | 35,59 |
| Conseguir um emprego | 10 | 16,95 |
| Progredir no emprego atual | 6 | 10,17 |
| Não pretendo voltar a estudar | 1 | 01,69 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao serem questionados sobre quais foram os pontos que aumentaram as chances de inserção no mercado de trabalho, os egressos, majoritariamente, indicaram a formação compatível com as demandas das instituições e o domínio de ferramentas e sistemas. Por outro lado, a ausência de domínio de uma língua estrangeira e a baixa experiência profissional foram apresentados como pontos que dificultam a inserção profissional.

Tabela 12: Percepções sobre fatores impactantes na inserção profissional.

| Pontos que mais aumentam as chances de inserção profissional | | | Pontos que mais dificultam a inserção profissional | | |
|--|----|-------|--|----|-------|
| | n | % | | n | % |
| Formação compatível com as demandas da empresa | 26 | 43,33 | Falta de domínio de uma língua estrangeira | 27 | 45,00 |
| Domínio de ferramentas e sistemas | 19 | 31,67 | Pouca experiência | 25 | 41,67 |
| Experiência profissional | 17 | 28,33 | Baixa oferta do mercado | 22 | 36,67 |
| Ter cursos de aperfeiçoamento | 17 | 28,33 | Situação econômica do país/estado desfavorável | 22 | 36,67 |
| Existência de contatos | 12 | 20,00 | Falta de contatos | 20 | 33,33 |
| Alta demanda do mercado para a área de atuação | 11 | 18,33 | Concorrentes mais preparados | 14 | 23,33 |
| Concorrentes menos preparados | 07 | 11,67 | Não ter cursos de aperfeiçoamento | 09 | 15,00 |
| Conhecimento de uma língua estrangeira | 05 | 08,33 | Baixa remuneração | 07 | 11,67 |
| Situação econômica do país/estado favorável | 02 | 03,33 | Falta de domínio de ferramentas e sistemas | 07 | 11,67 |
| | | | Formação incompatível com o mercado | 06 | 10,00 |
| | | | Baixo interesse pessoal | 05 | 08,33 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda buscando compreender os fatores impactantes na percepção dos egressos, ao serem questionados sobre o fator determinante para a sua inserção profissional, os egressos responderam que o currículo compatível com a vaga foi o principal aspecto (37,29%), seguido da realização de uma boa entrevista (15,25%) e da indicação recebida (15,25), conforme Tabela 12.

Tabela 13: Percepção do egresso sobre o fator determinante para a inserção profissional

| Elemento determinante para ser escolhido na última experiência profissional | n | % |
|--|----------|----------|
| O currículo | 22 | 37,29 |
| A entrevista | 09 | 15,25 |
| A indicação que recebi | 09 | 15,25 |
| Ter sido estagiário | 07 | 11,86 |
| Decidi empreender | 02 | 03,39 |
| A participação nas dinâmicas de grupo durante a seleção | 02 | 03,39 |
| Ainda não exerci nenhuma atividade remunerada | 08 | 13,56 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com o objetivo de compreender possíveis associações impactantes no processo de inserção profissional, foram realizados testes estatísticos entre variáveis de interesse e a situação empregatícia. A faixa etária mostrou-se associada à situação empregatícia atual dos egressos, sendo que aqueles nas faixas etárias de 31 a 40 anos são os que mais frequentemente exercem atividades remunerada (Tabela 14). Ainda analisando a relação entre idade e situação empregatícia, é possível verificar que os grupos de idade intermediária possuem os menores percentuais de egressos à procura de ocupação. Tais achado encontram-se alinhados com a literatura apresentada e com pesquisas que fazem o monitoramento do desemprego no Brasil que afirmam que o desemprego impacta mais os jovens.

Tabela 14: Associação entre variáveis de interesse e situação empregatícia atual.

| Variáveis | Situação empregatícia atual | | | | | | Valor de p |
|---------------------|------------------------------------|----------|-----------------------|----------|---------------------------|----------|--------------------|
| | Exerce atividade | | Está à procura | | Não está à procura | | |
| | n | % | n | % | n | % | |
| Sexo | | | | | | | 0,889 [†] |
| Feminino | 24 | 48,98 | 18 | 36,73 | 07 | 14,29 | |
| Masculino | 04 | 40,00 | 05 | 50,00 | 01 | 10,00 | |
| Faixa etária | | | | | | | 0,038 [†] |
| 21 a 25 anos | 02 | 18,18 | 08 | 72,73 | 01 | 09,09 | |
| 26 a 30 anos | 06 | 60,00 | 04 | 40,00 | 00 | 00,00 | |
| 31 a 35 anos | 08 | 61,54 | 02 | 15,38 | 03 | 23,08 | |
| 36 a 40 anos | 08 | 66,67 | 04 | 33,33 | 00 | 00,00 | |
| 41 a 45 anos | 02 | 25,00 | 04 | 50,00 | 02 | 25,00 | |
| 46 a 51 anos | 02 | 40,00 | 01 | 20,00 | 02 | 40,00 | |

[†] Teste exato de Fisher. Fonte: Elaborado pelo autor.

No mesmo sentido, ao testar possíveis associações de variáveis de interesse com o tipo de contratação, a variável faixa etária também mostrou-se associada, conforme

Tabela 15. Nesse sentido, é possível verificar que nas faixas etárias inferiores (21 a 30 anos), estão os percentuais mais expressivos de egressos em atividade temporária (38,18%), possuindo também egresso na situação de informal.

Tabela 15: Associação entre variáveis de interesse e tipo de contratação atual.

| Variáveis | Tipo de contratação atual | | | | | | | | Valor de p [†] |
|----------------------------------|---------------------------|-------|----------|-------|------------|-------|---------------|-------|-------------------------|
| | Formal | | Informal | | Temporário | | Sem atividade | | |
| | N | % | n | % | n | % | n | % | |
| Sexo | | | | | | | | | 0,777 |
| Feminino | 26 | 53,06 | 03 | 6,12 | 05 | 10,20 | 15 | 30,61 | |
| Masculino | 04 | 40,00 | 00 | 00,00 | 01 | 10,00 | 05 | 50,00 | |
| Faixa etária | | | | | | | | | 0,027 |
| 21 a 25 anos | 01 | 09,09 | 00 | 00,00 | 02 | 18,18 | 08 | 72,73 | |
| 26 a 30 anos | 05 | 50,00 | 01 | 10,00 | 02 | 20,00 | 02 | 20,00 | |
| 31 a 35 anos | 09 | 69,23 | 01 | 17,69 | 01 | 07,69 | 02 | 15,38 | |
| 36 a 40 anos | 07 | 58,33 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | 05 | 41,67 | |
| 41 a 45 anos | 04 | 50,00 | 00 | 00,00 | 01 | 12,50 | 03 | 37,50 | |
| 46 a 51 anos | 04 | 80,00 | 01 | 20,00 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | |
| Satisfação com o curso | | | | | | | | | 0,382 |
| Muito satisfeito | 18 | 62,07 | 02 | 06,90 | 01 | 03,45 | 08 | 27,59 | |
| Satisfeito | 09 | 39,13 | 01 | 04,35 | 05 | 21,74 | 08 | 34,78 | |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 02 | 40,00 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | 03 | 60,00 | |
| Insatisfeito | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | 01 | 100,0 | |
| Muito insatisfeito | 01 | 100,0 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | 00 | 00,00 | |

[†] Teste exato de Fisher. Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, sob o prisma da inserção profissional, percebe-se que o egresso típico, considerando os valores de moda encontrados, caracteriza-se por ter entrado no mercado de trabalho aos 16 anos, ingressando no curso com o objetivo de ampliar suas oportunidades de colocação profissional. Atuam em atividades administrativas com contrato de trabalho formalizado em carteira e que, depois da

formatura, continuam no exercício da mesma atividade remunerada com salário médio entre R\$ 1.651,00 e R\$ 3.300,00. Sobre a percepção sobre situação profissional, acredita que a remuneração é adequada com as atividades desenvolvidas e encontra-se satisfeito em relação às atividades profissionais desenvolvidas atualmente (tais atributos não podem ser tomados integradamente, mas sim de maneira separada).

4.3. Percepção sobre a formação

Ao serem questionados sobre o curso de Secretariado Executivo, a maioria respondeu que considera o curso “muito bom” (47,46%) e “excelente” (40,68%), o que é corroborado pela maior parte dos egressos que considerou que a conclusão do curso trouxe o retorno esperado, sendo que 49,15% dos egressos “concordaram totalmente” ou “concordaram parcialmente”, contra 16,94% que “discordam parcialmente” ou “discordam totalmente” do fato de que o curso lhe trouxe o retorno esperado (Tabela 16).

A satisfação em ter cursado a graduação de tecnologia em secretariado também pode ser verificada quando 88,13% dos egressos afirmam que estão “muito satisfeito” ou “satisfeito” com o curso. Outro ponto importante sobre a formação pode ser verificado quando 64,41% dos egressos afirmam que a graduação foi “muito importante” para a sua vida e 30,51% avaliam que a graduação foi “importante”.

Tabela 16: Percepções sobre o curso.

| Variáveis | n | % |
|---|----|-------|
| Avaliação do curso de tecnologia em Secretariado Executivo | | |
| Bom | 7 | 11,86 |
| Muito bom | 28 | 47,46 |
| Excelente | 24 | 40,68 |
| Satisfação com a escolha do curso | | |
| Muito satisfeito | 29 | 49,15 |
| Satisfeito | 23 | 38,98 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 5 | 08,47 |
| Insatisfeito | 1 | 01,69 |
| Muito insatisfeito | 1 | 01,69 |
| A conclusão do curso trouxe o retorno esperado | | |
| Concordo totalmente | 14 | 23,73 |
| Concordo parcialmente | 15 | 25,42 |

| | | |
|----------------------------|----|-------|
| Nem concordo, nem discordo | 20 | 33,90 |
| Discordo parcialmente | 1 | 01,69 |
| Discordo totalmente | 9 | 15,25 |

Autoavaliação do desempenho enquanto aluno do curso superior de tecnologia em Secretariado Executivo

| | | |
|-----------|----|-------|
| Bom | 12 | 20,34 |
| Muito bom | 27 | 45,76 |
| Excelente | 16 | 27,12 |
| Regular | 4 | 06,78 |

Avaliação da graduação tecnológica em Secretariado Executivo em relação à formação geral para a vida

| | | |
|---------------------|----|-------|
| Moderado | 2 | 03,39 |
| Às vezes importante | 1 | 01,69 |
| Importante | 18 | 30,51 |
| Muito importante | 38 | 64,41 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda buscando compreender a percepção dos egressos sobre a formação, verifica-se que a maior concordância foi apresentada em relação a fazer novamente o curso de Secretariado Executivo na mesma instituição (62,71%). Corrobora este achado, o fato de 42,37% concordar totalmente com a frase de que ter concluído o curso foi fundamental para sua formação profissional. Converge com essa percepção, a pequena parcela dos egressos que concordaram totalmente (18,64%) com a afirmação que o diploma do curso não os auxiliou na vida profissional, conforme Tabela 17.

Tabela 17: Percepções sobre repercussões da conclusão do curso.

| Afirmativas | Concordo totalmente | | Concordo parcialmente | | Não concordo nem discordo | | Discordo parcialmente | | Discordo totalmente | |
|---|---------------------|-------|-----------------------|-------|---------------------------|-------|-----------------------|-------|---------------------|-------|
| | n | (%) | n | (%) | n | (%) | n | (%) | n | (%) |
| “Olhando para trás, faria o mesmo curso novamente na mesma instituição” | 37 | 62,71 | 16 | 27,12 | 3 | 5,08 | 1 | 1,69 | 2 | 3,39 |
| “Ter o diploma não me ajudou na minha vida profissional” | 11 | 18,64 | 8 | 13,56 | 15 | 25,42 | 10 | 16,95 | 15 | 25,42 |
| “Cursar a graduação de tecnologia em secretariado foi fundamental para a minha vida profissional” | 25 | 42,37 | 17 | 28,81 | 11 | 18,64 | 5 | 8,47 | 1 | 1,69 |
| “Após a conclusão do curso, a minha qualidade de vida melhorou” | 17 | 28,81 | 19 | 32,20 | 15 | 25,42 | 6 | 10,17 | 2 | 3,39 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao testar a existência de associações entre a situação empregatícia atual com variáveis relacionadas a percepção dos egressos sobre a avaliação do curso não se encontra associações estatisticamente significativas, conforme Tabela 18. Nesse sentido, mostra-se inequívoco que, sob a percepção dos alunos, o curso oferecido pela instituição pesquisada mostrou-se bem avaliado em diversas perspectivas, inclusive entre egressos que se encontram a procura de emprego.

Tabela 18: Situação empregatícia e avaliação do curso.

| Variáveis | Situação empregatícia atual | | | | | | Valor de p |
|---|-----------------------------|-------|----------------|-------|--------------------|-------|--------------------|
| | Exerce atividade | | Está à procura | | Não está à procura | | |
| | n | % | n | % | n | % | |
| Avaliação do curso de tecnologia em Secretariado Executivo | | | | | | | 0,135 [†] |
| Bom | 2 | 28,57 | 3 | 42,86 | 2 | 28,57 | |
| Muito bom | 13 | 54,17 | 6 | 25,0 | 5 | 20,83 | |
| Excelente | 13 | 46,43 | 14 | 50,0 | 1 | 3,57 | |
| Satisfação com a escolha do curso | | | | | | | 0,611 [†] |
| Muito satisfeito | 16 | 55,17 | 8 | 27,59 | 5 | 17,24 | |
| Satisfeito | 9 | 39,13 | 11 | 47,83 | 3 | 13,04 | |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 2 | 40,0 | 3 | 60,0 | 0 | 0 | |
| Insatisfeito | 0 | 0 | 1 | 100,0 | 0 | 0 | |
| Muito insatisfeito | 1 | 100,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| A conclusão do curso trouxe o retorno esperado | | | | | | | 0,691 [†] |
| Concordo fortemente | 6 | 42,86 | 4 | 28,57 | 4 | 28,57 | |
| Concordo parcialmente | 8 | 53,33 | 5 | 33,33 | 2 | 13,33 | |
| Nem concordo, nem discordo | 9 | 45,0 | 9 | 45,0 | 2 | 10,0 | |
| Discordo parcialmente | 0 | 0 | 1 | 100,0 | 0 | 0 | |
| Discordo totalmente | 5 | 55,56 | 4 | 44,4 | 0 | 0 | |
| Avaliação da graduação tecnológica em Secretariado Executivo em relação à formação geral para a vida | | | | | | | 0,493 |
| Moderado | 0 | 0 | 2 | 100,0 | 0 | 0 | |
| Às vezes importante | 1 | 100,0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Importante | 8 | 44,44 | 6 | 33,33 | 4 | 22,22 | |
| Muito importante | 19 | 50,0 | 15 | 39,47 | 4 | 10,53 | |

† Teste exato de Fisher. ‡ Teste qui-quadrado.

5. Projeto de intervenção

Título:

Projeto de Inserção Profissional de Egressos (PIPE).

Apresentação do projeto de intervenção:

O PIPE busca aproximar da Instituição de Ensino Superior com o mundo do trabalho. Diante da revisão de literatura realizada e dos resultados obtidos na pesquisa, foram propostas quatro ações independentes que possuem como objetivo ampliar a inserção profissional dos egressos do Curso de Tecnologia em Secretariado na instituição de ensino pesquisada.

Problema do projeto de intervenção:

O alto percentual de egressos que não conseguem se inserir profissionalmente torna necessário o desenvolvimento de ações no âmbito da Instituição de Ensino Superior para identificar, analisar e compreender os aspectos que têm impactado a inserção profissional dos egressos.

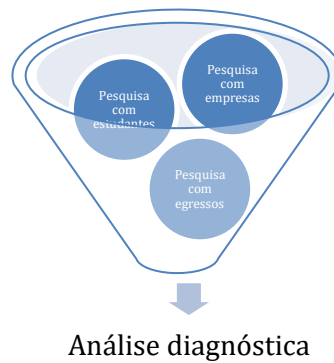
Justificativa do projeto de intervenção:

Uma das razões de ser de uma instituição profissional é articular a educação com o mundo do trabalho. Promover a implementação de ações que buscam aproximar a instituição com o mundo do trabalho é um dos objetivos da instituição e justifica a implantação deste projeto.

Ações propostas:

1. A implementação de forma contínua de pesquisa de acompanhamento do mercado de trabalho com empresas, de expectativa com estudantes e de acompanhamento com os egressos. Diante de tais informações, será possível compreender as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas ao processo de inserção profissional, possibilitando traçar ações efetivas no sentido de ampliar a inserção profissional de seus egressos.

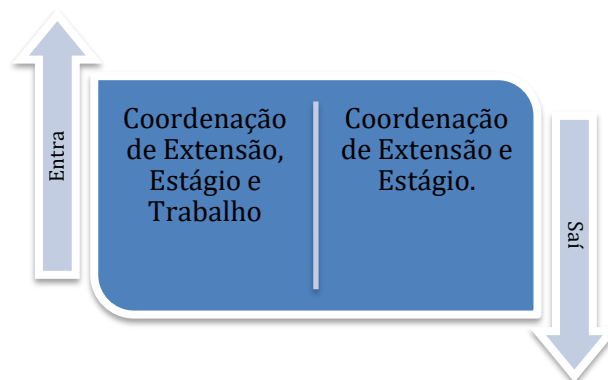
Figura 6: Pesquisa diagnóstica



Fonte: Elaborado pelo autor.

2. Desenvolver a transformação da “Coordenação de Extensão e Estágio” em “Coordenação de Extensão, Estágio e Trabalho”. Nessa nova perspectiva, a referida Coordenação passa a ser responsável por aproximar a Instituição de Ensino Superior ao mundo do trabalho, realizando análises, propondo ações e atividades de forma a acompanhar e ampliar a empregabilidade dos egressos. Para tanto, a nova unidade organizacional deverá firmar acordos e parcerias com instituições do mundo do trabalho como agências recrutadoras nas áreas dos cursos oferecidos.

Figura 7: Alteração organizacional

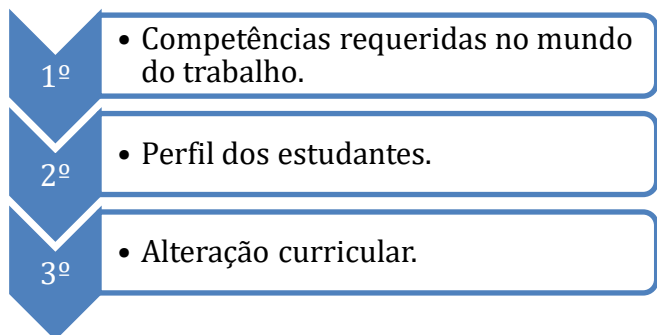


Fonte: elaborado pelo autor.

3. Estabelecer uma rotina de revisão do plano de curso que considere o perfil dos estudantes da instituição, as competências requeridas pelo mundo do trabalho e as possibilidades de formação. Diante das informações, torna-se possível que o colegiado do curso faça ajustes na matriz curricular do curso de forma a desenvolver

no estudante competências requeridas pelo mundo do trabalho, considerando também o perfil dos estudantes.

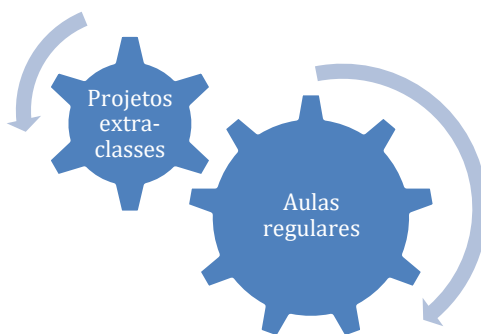
Figura 8: Premissas para alteração curricular



Fonte: Elaborado pelo autor.

4. Desenvolver um projeto de aprimoramento em língua estrangeira para estudantes e egressos. A falta de domínio de uma língua estrangeira é apresentada como a maior dificuldade no acesso à inserção profissional. Por outro lado, a Instituição de Ensino só oferece as aulas regulares.

Figura 9: Aprimoramento em língua estrangeira



Fonte: Elaborado pelo autor.

Recursos necessários:

Considerando que a proposta de intervenção é direcionada para uma Instituição de Ensino Superior pública, onde a mobilização de recursos e pessoas possui limitações, as ações propostas não demandam recursos além dos existentes. Dessa

forma, a implementação dessas ações pode ser realizada ajustando a alocação dos recursos existentes.

Resultados esperados:

Espera-se que, com a implantação das ações, as Instituições de Ensino Superior consigam compreender melhor as possibilidades de atuação de seus egressos, de forma a alinhar o processo de formação com as expectativas dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho, ampliando a inserção profissional.

6. Considerações finais

Sabe-se que somente a educação não é capaz de reduzir as desigualdades estruturais e que o processo de inserção profissional é complexo e envolve diferentes variáveis. Contudo, é importante ressaltar a inclusão de estudantes filhos da classe trabalhadora dentro de instituições de excelência para uma formação em nível superior possibilita que esses estudantes que são também trabalhadores possam ampliar suas possibilidades de atuação no mundo do trabalho.

O aumento do tempo de escolaridade dos egressos, quando comparado com seus responsáveis, verificado na pesquisa, deixa claro a importância da política de descentralização das instituições de educação superior para o desenvolvimento local. Junto com essa descentralização, o oferecimento de cursos no horário noturno também mostra-se efetivo. Em que pese os efeitos decorrentes na qualidade da formação em cursos noturnos, é importante observar que parte expressiva dos egressos já iniciam a formação desempenhando atividades remuneradas o que inviabiliza a participação em cursos diurnos.

Embora a situação profissional dos egressos ainda não ter um refletido na troca de funções ou aumento da remuneração, a ampliação da escolaridade e profissionalização desse grupo prepara esse público para disputar postos mais qualificados, ampliando a sua renda de forma a favorecer a mobilidade social. Além disso, é importante reforçar que tais ganhos podem acontecer em um espaço de tempo maior do que o pesquisado, haja visto que a primeira turma se formou há apenas quatro anos.

A pesquisa foi capaz de caracterizar o público do curso e entender a situação profissional e as percepções sobre o processo de inserção. Os resultados encontrados e as proposições realizadas neste trabalho são capazes de serem utilizados pela instituição como um diagnóstico sobre a inserção profissional de seus egressos e quais caminhos podem ser trilhados no sentido de por meio de uma educação profissional transformar a vida desses indivíduos.

Compreender esses egressos, suas expectativas ao entrar no curso, as dificuldades e facilidades encontradas no processo de inserção profissional são informações preponderantes para que a instituição possa aprimorar o diálogo e implementar ações que busquem favorecer o alcance dos seus objetivos institucionais.

Nesse contexto, considerando que a instituição objeto do estudo foi concebida para ofertar educação profissional, torna-se preponderante a implantação de uma política efetiva de acompanhamento de egressos de forma a compreender os impactos decorrentes da sua atuação, assim como buscar oportunidades de melhorias em seus processos capazes de transformar a realidade de seus alunos.

Referências bibliográficas

- Almeida, C. G. de, & Socci, V. (2017). Inserção profissional e carreira de formandos e egressos brasileiros: revisão da literatura. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 18(1), 81–92. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2017v18n1p81>
- Almeida, R. M. (2010). *Estado da Arte das Pesquisas em pesquisas em Educação Financeira no contexto Educação Financeira Escolar*.
- Almeida, W., & D'elia, B. (2019). *O Futuro do Secretariado: Educação e Profissionalismo* (Literare Books (ed.); 1ª).
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (1ª). Boitempo.
- Antunes, R. L. C. (2009). Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. In Boitempo (Ed.), *European Journal of Dermatology* (2ª, Vol. 9, Issue 2).
- Ávila, S. de F. O. (2009). Novas Demandas de Formação Profissional no Capitalismo Contemporâneo: Adaptação ou Autonomia? In U. I. para o R. Crítico. (Ed.), *XII Conferência Internacional da Associação Internacional para o Realismo Crítico*. (pp. 1–16).
- Barros, A. J. da S., & Leheld, N. A. de S. (2014). *Fundamentos de Metodologia Científica* (3ª). Pearson Prentice Hall.
- Bicudo, M. (1993). Pesquisa em Educação Matemática. *Pro-Posições*, 4 (1 [10]), 18–23.
- Borges, L. F. P. (2017). Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação Em Questão*, 55(45), 101–126. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2017v55n45ID12747>
- Busnello, R. (2013). Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. *Revista Direito Em Debate*, 14, 25–46.
- Castelo, M. J. (2007). *A formação acadêmica e a atuação profissional do secretário executivo*. 149.
- CODEPLAN. (2018). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios*. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Correia, J. A. (2003). Formação e Trabalho: Contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In *Formação e Situações de trabalho* (pp. 13–41).
- Costa, M. R. da, & Ferri, C. (2018). Empregabilidade e formação profissional: O que acontece depois da formatura? *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(96). *Education Policy Analysis Archives*, 26(96), 1–25. <https://doi.org/10.14507/epaa.26.2949>
- D'Oliveira, A. C., & Martins, J. C. (2019). O Trabalho intermitente no Brasil como ofensa aos preceitos do trabalho digno. *Revista Do Ministério Público Do Trabalho*, 54, 1–392.
- Dedecca, C. S. (1998). Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil* (pp. 269–295). Instituto de Economia da UNICAMP.
- Etzioni, A. (1984). *Organizações modernas.pdf* (Pioneira (ed.); 7ª Edição). 1984.
- Figaro, R. (2008). O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. *ORGANICOM*, 5(9), 1–100. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986>
- Fiorentini, D., & Lorenzato, S. (2006). *Investigação em educação matemática*

- percursos teóricos e metodológicos*. Autores Assoc.
<https://books.google.com.br/books?id=WcPBswEACAAJ>
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. In *Revista Brasileira de Educação Médica* (4ª, Vol. 38, Issue 4). Atlas. <https://doi.org/10.1590/s0100-55022014000400014>
- Giorni, S. (2019). *Secretariado, uma profissão*. (Q. Projetos (ed.); 1ª).
- Gondim, S. M. G. (2002). Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 299–309. <https://doi.org/10.1590/s1413-294x2002000200011>
- Harvey, D. (2008). A condição pós-moderna. In *Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (pp. 115–184).
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2020). *Sinopse estatística da educação superior 2019*. Brasília: INEP.
Recuperado em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (2020). *Censo da Educação Superior: notas estatísticas 2019*. Brasília: INEP.
Recuperado em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf
- Kuenzer, A. Z. (2006). A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. *Educacao e Sociedade*, 27(96), 877–910. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300012>
- Kuenzer, A. Z. (2007). Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1153–1178. <https://doi.org/10.1590/s0101-73302007000300024>
- Manacorda, M. A. (2007). Marx e a pedagogia moderna. In *Marx e a pedagogia moderna*. Alínea.
- Marcassa, L. P., & Conde, S. F. (2017). Juventude, trabalho e escola em territórios de precaridade social. *Perspectiva*, 35(4), 1296–1313. <https://doi.org/10.5007/2175-795x.2017v35n4p1296>
- Marques, W. (2014). Formação superior: Entre o mercado e a cidadania. *Revista Argentina de Educação Superior*, 8, 5–24.
- Moraes, W. dos S. de. (2008). Direito do trabalho como um direito humano: notas para o estudo da história do direito do trabalho no Brasil. *REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 1(1), 1–21.
- Moura, D. H. (2013). Ensino médio integrado: Subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? *Educacao e Pesquisa*, 39(3), 705–720. https://doi.org/10.1590/S1517_97022013000300010
- Natalense, L. (1998). *A secretária do futuro*. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1ª).
- Neves, L. M. W., & Pronko, M. A. (2008). *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EPSJV.
- Organização Internacional do Trabalho (OIT). (2020). *Relatório mundial sobre proteção social 2020-22: a proteção social numa encruzilhada – em busca de um futuro melhor*. Genebra, Suíça: ONU. Recuperado em https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/PT_3.pdf
- Pacheco, E. E. M. (2010). Os Institutos Federais - Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica. *Editora Do IFRN*, 28. Recuperado em:

- [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1274/Os institutos federais - Ebook.pdf?sequence=1](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/1274/Os_institutos_federais_-_Ebook.pdf?sequence=1)
- Pastore, J. (1979). *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. (Lao Edusp (ed.)).
- Pilastri, P. (2009). *A profissão do secretariado*.
<https://administradores.com.br/artigos/a-profissao-do-secretariado>
- Pochmann, M. (2008). *O emprego no desenvolvimento da nação*. (Boitempo (ed.); 1ª).
- Prandi, R. (1982). *Os favoritos degradados: ensino superior e profissões de nível universitário no Brasil hoje* (E. Loyola (ed.)).
- Ramos, M. N. (2014). História e política da educação profissional. In *Coleção formação pedagógica: Filosofia e Educação: Vol. V* (1st ed.). Instituto Federal do Paraná. <https://doi.org/10.20396/rfe.v5i2.8635398>
- Reis, S. T. I.. (2019). DNA do profissional de secretariado. In D'ELIA, Bete; ALMEIDA, Walkiria. *O futuro do secretariado: educação e profissionalismo* (pp. 77-84). São Paulo: Literare Books International.
- Rocha-de-Oliveira, S. (2012). Inserção Profissional: Perspectivas Teóricas e Agenda de Pesquisa. *Revista Pensamento Contemporâneo Em Administração*, 6(1), 124. <https://doi.org/10.12712/rpca.v6i1.124>
- Rocha-de-oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2008). Uma análise sobre a inserção profissional de estudantes de administração no brasil1 SIDINEI. *Revista de Administração Do Mackenzie*, 13(2), 44–75.
- Sampaio, D. P. (2013). A desindustrialização em marcha no Brasil. *Revista Da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 0(34), 33–55. Recuperado em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/2>
- Sampaio, M. V. D. (2013). *A expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho*.
- Saviani, D. (2007). Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, 12 (34), jan./abr. Recuperado em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt&format=pdf>
- Schultz, E. G., Soares, J. V., Nunes, M. V., & Vaz, C. de F. M. (2015). O Perfil, os desafios e as perspectivas do sexo masculino na área secretarial. *Revista Expectativa*, XIV(14).
- Silva, M. C. M. S. (2018). *Advocacia on demand: o trabalho em migalhas dos proletários da advocacia no contexto da “economia das plataformas” no Brasil*. Universidade Católica do Salvador.
- Silva, M. M. da. (2004). *Inserção profissional e condição social: trajetórias de jovens graduados no mercado de trabalho* [Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87959?show=full>
- Sousa Junior, J. (2015). Trabalho e educação: diálogos necessários. *37ª Reunião Nacional Da ANPEd*, 1–17.
http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_05_norakrawcyk_gt05.pdf
- Sposito, M. P., Moraes, C. S. V., Falotico, C. R. G., Andrade, C. L., Costa, I. C., Pinto, M. T. S., & Hansen, J. A. (1989). *Trabalhador - estudante: um perfil do aluno do curso superior noturno*. Loyola.
- Trottier, C. (1998). *Emergência e constituição do campo de pesquisa sobre a inserção profissional*. (Edipucrs (ed.)). In: DESAULNIERS, J. B. (Org.).

Formação & trabalho & Competência.
Vieira, C. A. dos S., & Alves, E. L. G. (1995). *Qualificação Profissional : Uma Proposta de Política Pública*.

APÊNDICE A - CRONOGRAMA DA PESQUISA

| | 2021 | | | | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|------|----|----|------|----|----|----|----|------|----|----|----|------|----|----|----|
| | JUL. | | | AGO. | | | | | SET. | | | | OUT. | | | |
| Semana do dia | 12 | 19 | 26 | 02 | 09 | 16 | 23 | 30 | 06 | 13 | 20 | 27 | 04 | 11 | 18 | 25 |
| Estudo do referencial teórico | X | X | X | X | X | | | | | | | | | | | |
| Escrita da Revisão de literatura | | | | X | X | X | X | X | X | X | X | X | | | | |
| Escrita da Metodologia | | | | | | | | | | X | X | X | | | | |
| Elaboração do instrumento de pesquisa | | | | | | | | | | | | | X | X | X | X |

| | 2020 | | | | | 2021 | | | | | | | | 2022 | | | |
|-------------------------------------|------|----|----|----|----|------|----|----|----|------|----|----|----|------|----|----|----|
| | NOV. | | | | | DEZ. | | | | JAN. | | | | FEV. | | | |
| Semana do dia | 01 | 07 | 14 | 21 | 28 | 05 | 12 | 19 | 26 | 09 | 16 | 23 | 30 | 06 | 13 | 20 | 27 |
| Pesquisa de campo e coleta de dados | | | | | | | | | | X | X | | | | | | |
| Sistematização dos dados coletados | | | | | | | | | | | | X | | | | | |
| Análise dos dados | | | | | | | | | | | | X | X | | | | |
| Conclusão da dissertação | | | | | | | | | | X | X | X | X | | | | |
| Apresentação da dissertação | | | | | | | | | | | | | | X | | | |
| Revisão final, entrega da tese. | | | | | | | | | | | | | | | X | X | X |

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Caro participante,

Gostaria de convidá-lo (a) a participar como voluntário da pesquisa intitulada: "A inserção e atuação profissional na perspectiva dos egressos de um curso superior tecnológico em secretariado." Meu nome é Marcos Antônio Andrade da Costa, sou mestrando em Administração Educacional pelo Instituto Politécnico de Santarém em Portugal. Esclareço que sua participação é voluntária. Desse modo, você poderá recusar-se a participar, retirar o seu consentimento ou ainda descontinuar sua participação, se assim preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo. Se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo telefone (61) 98117-5910 ou pelo e-mail marcos.maac@gmail.com. A sua anuência confirma a inexistência de dependência, subordinação ou intimidação de qualquer natureza. Assim, ao aceitar participar da pesquisa, você deve compreender de forma completa e pormenorizada a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, bem como a forma que o pesquisador utilizará para minimizar ou sanar os potenciais riscos. O objetivo geral da pesquisa é identificar aspectos relevantes no processo de inserção e atuação profissional sob a perspectiva dos egressos do curso superior de tecnologia em secretariado. Este estudo possui como público-alvo indivíduos maiores de 18 anos de idade, egressos do cursos superior de tecnologia em secretariado. É assegurado que nenhum dado será associado a sua pessoa, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a), respeitando, assim, o direito à privacidade e à confidencialidade dos dados pessoais dos entrevistados. Após analisar o convite como participante e se posicionar favoravelmente, sua adesão será formalizada por meio da concordância assinalada neste documento. Os riscos aos participantes da pesquisa são mínimos, eventualmente, envolvendo sensações de desconforto emocional. Como estratégia de contenção desses inconvenientes, você poderá se recusar a responder o questionário a qualquer momento. Contudo, a pesquisa pretende obter contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento da relação entre o mundo do trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica, além de possibilitar reflexões pedagógicas aos participantes. Os resultados serão divulgados a todos os participantes que desejarem. Esta pesquisa respeita todos os direitos e garantia éticas elencados e assegurados na Resolução CNS nº 510/2016; Resolução CNS nº 466/2012 e na Norma Operacional CNS nº 001/2013. Desde já, agradeço sua atenção e participação e coloco-me à disposição para maiores informações. Após esses esclarecimentos, caso seja maior de 18 anos, concorde em participar desta pesquisa, por favor, confirme abaixo assinalando a opção "Sim, aceito participar da pesquisa". Caso não concorde em participar, assinale abaixo a opção "Não, desejo encerrar a minha participação".

Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você aceita participar desta pesquisa?

- () Sim, aceito participar da pesquisa.
() Não, desejo encerrar a minha participação.

Brasília, de _____ 2022.

Nome do participante

APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE PESQUISA (QUESTIONÁRIO)

1. Após a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, você aceita participar desta pesquisa?

Sim, aceito participar da pesquisa.

Não, desejo encerrar a minha participação.

2. Qual é o seu sexo?

Masculino

Feminino

Outro:

3. Em que tipo de instituição escolar você estudou a maior parte do tempo no ensino:

Ensino fundamental (1ª a 8ª série) () Pública ou () Privada

Ensino Médio (2º grau) () Pública ou () Privada

4. Qual é a escolaridade dos seus pais?

| Escolaridade | Figura materna | Figura paterna |
|--|----------------|----------------|
| Ensino Fundamental Completo | | |
| Ensino Médio Completo | | |
| Ensino Superior Completo | | |
| Ensino Superior Completo com Pós-graduação | | |

5. Quantos anos você tem?

18 anos a 24 anos

25 anos a 31 anos

32 anos a 39 anos

40 anos a 46 anos

47 anos a 53 anos

54 anos a 60 anos

Outro:

6. Com que idade você exerceu a sua primeira atividade remunerada?

Antes dos 14 anos
Entre 14 e 16 anos
Entre 17 e 18 anos
Entre 19 e 20 anos
Entre 21 e 24 anos
Após os 24 anos
Ainda não exerci nenhuma atividade remunerada

7. Durante a graduação, em qual região você morava?

Águas Claras / Arniqueira / Brazlândia / Candangolândia / Ceilândia / Cruzeiro / Estrutural/Scia / Fercal / Gama / Guará / Itapoã / Jardim Botânico / Lago Norte / Lago Sul / Núcleo Bandeirante Paranoá / Park Way / Planaltina / Plano Piloto / Recanto das Emas / Riacho Fundo / Samambaia / Santa Maria / São Sebastião / Sobradinho / Sobradinho II / Sol Nascente / Pôr do Sol / Sudoeste / Octogonal / Taguatinga / Varjão Vicente Pires / Outro lugar

8. Neste momento:

não estou procurando atividade remunerada
estou a procura de uma atividade remunerada
estou estagiando
Depois que me formei, estou no meu primeiro emprego
Depois que me formei, estou no meu segundo emprego
Depois que me formei, estou no meu terceiro emprego
já tive mais de três empregos depois que me formei

9. Qual era a sua principal expectativa ao ingressar no curso superior de tecnologia em secretariado?

Atender aos desejos de meus familiares
Cursar uma graduação em uma instituição pública
Iniciar uma carreira na área do secretariado
Ser promovido (a) no emprego Gostaria de empreender na área
Ampliar de forma geral as minhas oportunidades de colocação profissional
Outro:

10. Como você julga a sua escolha em cursar a graduação de Tecnologia em secretariado?

Muito satisfeito
Satisfeito
Nem insatisfeito, nem satisfeito
insatisfeito

Muito insatisfeito

11. Em que momento você passou a desempenhar a atividade remunerada que está atualmente?

Ainda não estou desempenhando atividade remunerada

Comecei a desempenhar ANTES de iniciar o curso de tecnologia em secretariado

Comecei a desempenhar DURANTE o curso de tecnologia em secretariado

Comecei a desempenhar DEPOIS de terminar o curso de tecnologia em secretariado

12. Após a conclusão do curso, você trocou de emprego ou atividade? Essa troca resultou na mudança da sua remuneração em quantos %?

Não estou exercendo atividade remunerada

Não troquei de emprego ou atividade

Troquei de emprego, mas com a mesma remuneração

Tive um aumento de até 20%

Tive um aumento entre 21% e 40%

Tive um aumento entre 41% e 60%

Tive um aumento entre 61% e 80%

Tive um aumento entre 80% e 100%

Tive um aumento acima de 101%

13. Atualmente, a atividade remunerada que desempenho é:

Não estou exercendo atividade remunerada

Estagiário

Autônomo

Contrato de trabalho temporário

Contrato de trabalho (carteira assinada)

Empregado informal (sem registro formal)

Empreendedor

Servidor Público

Outro:

14. Você conseguiu alguma ocupação remunerada por conta do curso superior de tecnologia em secretariado?

Estava desempregado (a) e conquistei uma vaga em outra área

Segui trabalhando na mesma colocação

Segui trabalhando e mudei de atividade na mesma empresa

Segui trabalhando, mas troquei de empresa

Empreendi e me tornei proprietário de um negócio

Não busquei emprego porque meus objetivos são outros

Não consegui nenhuma atividade remunerada por conta do curso

Outro:

15. Após a conclusão do curso, quanto tempo você levou para ingressar em uma atividade remunerada na área de secretariado?

Até 6 meses

De 6 meses a 1 ano

De 1 ano a 1,5 anos Mais de 1,5 anos

Não estou trabalhando na minha área de formação, mas pretendo trabalhar.

Não estou trabalhando na minha área de formação e não pretendo trabalhar.

Outro

16. A conclusão do curso te trouxe o retorno esperado?

Sim

Não

17. Qual é o principal tipo de atividade que você exerce no seu trabalho atual?

Atividade técnica da área de secretariado

Atividade administrativa

Atividade gerencial

Atividade comercial

Atividade empreendedora

Não estou exercendo nenhuma atividade remunerada

Outro:

18. O que foi determinante para que você fosse escolhido (a) na sua última experiência profissional?

O currículo

A entrevista

A participação nas dinâmicas de grupo durante a seleção

A indicação que recebi

Ter sido estagiário

Decidi empreender

Ainda não exerci nenhuma atividade remunerada

Outro:

19. Qual é o seu grau de satisfação com sua atual situação profissional?

Muito satisfeito

Satisfeito
Nem insatisfeito, nem satisfeito
insatisfeito
Muito insatisfeito

20. Qual é a sua remuneração atual?

Não tenho remuneração
Até 2 salários-mínimos (até aproximadamente 2.200,00)
Entre 2 e 4 salários-mínimos (aproximadamente 2.200,01 até 4.400,00)
Entre 4 e 6 salários-mínimos (aproximadamente 4.400,01 até 6.600,00)
Entre 6 e 8 salários-mínimos (aproximadamente 6.600,01 até 8.800,00)
Entre 8 e 10 salários-mínimos (aproximadamente 8.800,01 até 11.000,00)
Acima de 10 salários-mínimos (acima de aproximadamente 11.000,01)

21. Você considera a sua remuneração atual é adequada com as atividades que desenvolve?

Sim
Não
Não estou exercendo nenhuma atividade remunerada

22. Como você avalia a exigência do mercado de trabalho quanto a sua capacitação profissional?

Inferior a desenvolvida durante a graduação
Compatível a desenvolvida durante a graduação
Superior a desenvolvida durante a graduação
Não sei responder

23. Qual é a sua opinião sobre o mercado de trabalho na sua área de formação para os próximos anos?

Em retração
Estável
Em expansão
Não sei responder

24. Do ponto de vista profissional, qual seria o principal motivo para você voltar a estudar?

Conseguir um emprego
Progredir no emprego atual

Conseguir um emprego melhor
Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado.
Atender à expectativa de meus familiares sobre meus estudos.
Não pretendo voltar a estudar.
Outro:

25. Você NÃO possui vínculo empregatício ou NÃO exerce atividade laboral na área de secretariado porque:

no momento não se interessa em procurar emprego
as oportunidades de emprego são escassas na sua área de formação
a remuneração média não é atraente na área de formação.
Estou atuando na área de secretariado
Outro:

26. Quais são os pontos que mais dificultam ou dificultaram sua inserção profissional?
Baixo interesse pessoal

Baixa remuneração
Baixa oferta do mercado para minha área de atuação
Formação incompatível com a demanda do mercado
Concorrentes mais preparados
Situação econômica do país/estado desfavorável
Falta de contatos que pudessem me indicar a vagas de emprego
Falta de domínio de uma língua estrangeira
Falta de domínio de ferramentas e sistemas utilizados
Pouca experiência profissional
Não ter cursos de aperfeiçoamento Outro:

27. Quais foram os pontos que mais aumentaram suas chances de entrar no mercado de trabalho?

Alta demanda do mercado para minha área de atuação
Formação compatível com as demandas da empresa
Concorrentes menos preparados
Situação econômica do país/estado favorável
Existência de contatos que me indicaram
Conhecimento de uma língua estrangeira
Domínio de ferramentas e sistemas utilizados
Experiência profissional
Ter cursos de aperfeiçoamento
Outro:

28. Como você se avalia o seu desempenho enquanto aluno do curso superior de tecnologia em secretariado?

Excelente
Muito bom
Bom
Razoável
Ruim

29. Como você avalia o curso de tecnologia em secretariado que você cursou?

Excelente
Muito bom
Bom
Razoável
Ruim

30. Após o curso, você sentia-se preparado para o mercado de trabalho?

Sim, muito preparado
Sim, razoavelmente preparado
Sim, um pouco preparado
Não estava muito preparado
Não estava nada preparado

31. Avalie a frase: Olhando para trás, faria o mesmo curso novamente na mesma instituição.

Concordo fortemente
Concordo parcialmente
Nem concordo, nem discordo
Discordo parcialmente
Discordo totalmente

32. Avalie a frase: Ter o diploma não me ajudou na minha vida profissional.

Concordo fortemente
Concordo parcialmente
Nem concordo, nem discordo
Discordo parcialmente
Discordo totalmente

33. Avalie a frase: Cursar a graduação de tecnologia em secretariado foi fundamental para a minha vida profissional.

Concordo fortemente
Concordo parcialmente
Nem concordo, nem discordo
Discordo parcialmente
Discordo totalmente

34. Qual é o seu grau de satisfação em relação às suas atividades profissionais desenvolvidas?

Muito satisfeito
Satisfeito
Nem insatisfeito, nem satisfeito
Insatisfeito
Muito Insatisfeito

35. Em relação à formação geral para a sua vida, como você avalia a graduação tecnológica em secretariado?

muito importante
importante
moderado
as vezes importante não é importante

36. Avalie a frase: Após a conclusão do curso, a minha qualidade de vida melhorou.

Concordo fortemente
Concordo parcialmente
Nem concordo, nem discordo
Discordo parcialmente
Discordo totalmente

APÊNDICE D - ENVIO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Prezado(a) egresso(a) do Curso Superior em Tecnologia em Secretariado,

Gostaria de convidá-lo(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada: "A inserção e atuação profissional na perspectiva dos egressos de um curso superior tecnológico em secretariado", do prof. Marcos Antônio Andrade da Costa do IFB-São Sebastião, como parte de seu mestrado em Administração Educacional pelo Instituto Politécnico de Santarém em Portugal.

O objetivo geral da pesquisa é identificar aspectos relevantes no processo de inserção e atuação profissional sob a perspectiva dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Secretariado. Este estudo possui como público-alvo indivíduos maiores de 18 anos de idade, egressos do curso. É assegurado que nenhum dado será associado a sua pessoa, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a), respeitando, assim, o direito à privacidade e à confidencialidade dos dados pessoais dos entrevistados. A pesquisa pretende apresentar contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento da relação entre o mundo do trabalho e a Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados serão divulgados a todos os participantes que desejarem. Esta pesquisa respeita todos os direitos e garantias éticas elencados e assegurados na Resolução CNS nº 510/2016; Resolução CNS nº 466/2012 e na Norma Operacional CNS nº 001/2013.

O questionário da pesquisa encontra-se disponível no link: <https://forms.gle/1tZJ7HiEUFgKZeE3A>

Agradecemos a colaboração!

Robson Caldas de Oliveira

Diretor-Geral (Portaria nº 548, de 06/05/2019)

Professor de Química

APÊNDICE E – RESULTADO COMPLETO DA PESQUISA APLICADA

Tabela 19: Idade dos participantes da pesquisa.

| Intervalo | n | % |
|------------------|-----------|---------------|
| 21 - 26 | 11 | 18,64 |
| 26 - 31 | 10 | 16,95 |
| 31 - 36 | 13 | 22,03 |
| 36 - 41 | 12 | 20,34 |
| 41 - 46 | 8 | 13,56 |
| 46 - 51 | 5 | 08,47 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 20: Sexo dos participantes da pesquisa.

| Sexo | n | % |
|--------------|-----------|---------------|
| Feminino | 49 | 83,05 |
| Masculino | 10 | 16,95 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 21: Instituição escolar no ensino básico.

| Tipo de instituição | Ensino fundamental | | Ensino Médio | |
|----------------------------|---------------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | n | % | n | % |
| Pública | 56 | 94,92% | 54 | 91,53% |
| Privada | 03 | 5,08% | 05 | 08,47% |
| TOTAL | 59 | 100,00% | 59 | 100,00% |

Tabela 22: Escolaridade dos responsáveis dos participantes.

| | Figura materna | | Figura paterna | |
|--------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| | n | % | n | % |
| Ensino Fundamental | 22 | 37,29 | 25 | 42,37 |
| Ensino Médio | 18 | 30,51 | 12 | 20,34 |
| Ensino Superior | 03 | 05,08 | 03 | 05,08 |
| Não se aplica | 16 | 27,12 | 19 | 32,20 |
| TOTAL | 59 | 100,00 | 59 | 100,00 |

Tabela 23: Idade de início do exercício de atividade remunerada.

| Idade | n | % |
|--------------|----------|----------|
| 10 – 13 | 06 | 10,17 |
| 14 – 16 | 26 | 44,07 |
| 17 - 20 | 21 | 35,59 |
| 21 - 24 | 05 | 08,47 |
| 25 – 27 | 01 | 01,69 |
| Total | 59 | 100,00 |

Tabela 24: Local de residência durante a graduação.

| Localidade | n | % |
|-------------------|----------|----------|
| São Sebastião | 36 | 61,01 |
| Outra localidade | 23 | 38,99 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 25: Situação ocupacional dos participantes.

| Ocupação atual | n | % |
|---|----------|----------|
| Não estou procurando atividade remunerada | 08 | 13,56 |
| Estou a procura de uma atividade remunerada | 23 | 38,98 |
| Estou estagiando | 02 | 03,39 |
| Depois que me formei, estou no meu primeiro | 17 | 28,81 |
| Depois que me formei, estou no meu segundo | 06 | 10,17 |
| Depois que me formei, estou no meu terceiro emprego | 02 | 03,39 |
| Já tive mais de três empregos depois que me formei | 01 | 01,69% |
| TOTAL | 59 | 100,00% |

Tabela 26: Situação ocupacional dos participantes - recategorizada.

| Ocupação atual | n | % |
|---|----------|----------|
| Não estou procurando atividade remunerada | 08 | 13,56 |
| Estou a procura de uma atividade | 23 | 38,98 |
| Depois que me formei, estou exercendo | 28 | 47,45 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 27: Expectativa ao ingressar no curso.

| Expectativa ao ingressar no curso | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Ampliar de forma geral as minhas oportunidades de colocação profissional | 26 | 44,07 |
| Iniciar uma carreira na área do secretariado | 15 | 25,42 |
| Cursar uma graduação em uma instituição pública | 07 | 11,86 |
| Ser promovido (a) no emprego | 07 | 11,86 |
| Atender aos desejos de meus familiares | 02 | 03,39 |
| Gostaria de empreender na área | 01 | 01,69 |
| Outros | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 28: Satisfação com a escolha pelo curso.

| Situação | n | % |
|----------------------------------|-----------|---------------|
| Muito satisfeito | 29 | 49,15 |
| Satisfeito | 23 | 38,98 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 05 | 08,47 |
| Insatisfeito | 01 | 01,69 |
| Muito insatisfeito | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 29: Início do exercício da atividade profissional.

| Momento de início do exercício de atividade profissional | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Ainda não estou desempenhando atividade remunerada | 23 | 38,98 |
| Comecei a desempenhar ANTES de iniciar o curso de tecnologia em secretariado | 23 | 38,98 |
| Comecei a desempenhar DURANTE o curso de tecnologia em secretariado | 8 | 13,56 |
| Comecei a desempenhar DEPOIS de terminar o curso de tecnologia em secretariado | 5 | 08,47 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 30: Situação após o curso.

| Situação | n | % |
|---|-----------|---------------|
| Não troquei de função | 44 | 74,58 |
| Troquei de função, mas não tive aumento | 5 | 08,47 |
| Tive aumento | 10 | 16,95 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 31: Aumento na remuneração.

| Aumento na remuneração | n | % |
|-------------------------------|-----------|---------------|
| 200 – 900 | 04 | 40,00 |
| 900 – 1.600 | 02 | 20,00 |
| 1.600 – 2.300 | 01 | 10,00 |
| 2.300 – 3.000 | 03 | 30,00 |
| TOTAL | 10 | 100,00 |

Tabela 32: Tipo de atividade remunerada desempenhada.

| Situação profissional | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Contrato de trabalho (carteira assinada) | 27 | 45,76 |
| Não estou exercendo atividade remunerada | 20 | 33,90 |
| Estagiário | 04 | 06,78 |
| Autônomo | 02 | 03,39 |
| Empreendedor | 02 | 03,39 |
| Servidor Público | 02 | 03,39 |
| Empregado informal (sem registro formal) | 01 | 01,69 |
| Outros: | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 33: Tipo de atividade remunerada desempenhada.

| Participante conseguiu ocupação remunerada | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Não consegui nenhuma atividade remunerada por conta do curso | 18 | 30,51 |
| Segui trabalhando na mesma colocação | 18 | 30,51 |
| Conseguí uma atividade remunerada por conta do curso | 16 | 27,12 |
| Segui trabalhando e mudei de atividade na mesma empresa | 03 | 05,08 |
| Segui trabalhando, mas troquei de empresa | 02 | 03,39 |
| Estava desempregado (a) e conquisei uma vaga em outra área | 01 | 01,69 |
| Não busquei emprego porque meus objetivos são outros | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 34: Situação dos participantes após a conclusão do curso.

| Situação do egresso | n | % |
|---|-----------|---------------|
| Não estou trabalhando na área de formação. | 41 | 69,49 |
| Após a conclusão, ingressei na área de secretariado | 18 | 30,51 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 35: Tempo para ingressar na área de secretariado.

| Tempo (meses) | n | % |
|----------------------|-----------|---------------|
| 1 - 10,5 | 13 | 72,22 |
| 10,5 - 20 | 01 | 05,56 |
| 20 - 29,5 | 01 | 05,56 |
| 29,5 - 39 | 02 | 11,11 |
| 39 - 48,5 | 01 | 05,56 |
| TOTAL | 18 | 100,00 |

Tabela 36: Percepção dos egressos sobre o retorno do curso.

| Opção | n | % |
|----------------------------|-----------|---------------|
| Concordo totalmente | 14 | 23,73 |
| Concordo parcialmente | 15 | 25,42 |
| Nem concordo, nem discordo | 20 | 33,90 |
| Discordo parcialmente | 01 | 01,69 |
| Discordo totalmente | 09 | 15,25 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 37: Atividade desenvolvida pelos egressos.

| Atividade desenvolvida | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Não estou exercendo nenhuma atividade remunerada | 22 | 37,29 |
| Atividade administrativa | 16 | 27,12 |
| Atividade técnica da área de secretariado | 13 | 22,03 |
| Atividade comercial | 03 | 05,08 |
| Atividade empreendedora | 03 | 05,08 |
| Atividade gerencial | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 38: Fator determinante para contratação dos egressos.

| Fator determinante para contratação | n | % |
|---|-----------|---------------|
| O currículo | 22 | 37,29 |
| A entrevista | 09 | 15,25 |
| A indicação que recebi | 09 | 15,25 |
| Ainda não exerci nenhuma atividade remunerada | 08 | 13,56 |
| Ter sido estagiário | 07 | 11,86 |
| Decidi empreender | 02 | 03,39 |
| A participação nas dinâmicas de grupo durante a seleção | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 39: Grau de satisfação com a situação profissional.

| Satisfação com situação profissional | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Não estou desempenhando atividade remunerada | 13 | 22,03 |
| Muito satisfeito | 05 | 08,47 |
| Satisfeito | 20 | 33,90 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 12 | 20,34 |
| Insatisfeito | 07 | 11,86 |
| Muito insatisfeito | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 40: Egressos com remuneração.

| Possui remuneração | n | % |
|---------------------------|----------|----------|
| Não tenho remuneração | 22 | 37,29 |
| Tenho remuneração | 37 | 62,71 |

Tabela 41: Remuneração dos egressos.

| Remuneração | Classes IBGE | n | % |
|------------------------------|---------------------|-----------|---------------|
| Até 2 salários-mínimos | E | 22 | 59,46 |
| De 2 a 4 salários-mínimos | D | 12 | 32,43 |
| De 4 a 10 salários-mínimos | C | 03 | 08,11 |
| De 10 a 20 salários-mínimos | B | 00 | 00,00 |
| Acima de 20 salários-mínimos | A | 00 | 00,00 |
| TOTAL | - | 37 | 100,00 |

Tabela 42: Percepção sobre a adequação da remuneração.

| Considera a remuneração adequada | n | % |
|--|-----------|---------------|
| Não estou exercendo nenhuma atividade remunerada | 22 | 37,29 |
| Concordo totalmente | 03 | 5,08 |
| Concordo parcialmente | 15 | 25,42 |
| Nem concordo, nem discordo | 04 | 6,78 |
| Discordo parcialmente | 07 | 11,86 |
| Discordo totalmente | 08 | 13,56 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 43: Percepção sobre a exigência do mercado de trabalho.

| Exigência do mercado de trabalho | n | % |
|---|-----------|---------------|
| Inferior a desenvolvida durante a graduação | 06 | 10,17 |
| Compatível a desenvolvida durante a graduação | 33 | 55,93 |
| Superior a desenvolvida durante a graduação | 10 | 16,95 |
| Não sei responder | 10 | 16,95 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 44: Percepção sobre a área de secretariado.

| Situação do mercado | n | % |
|----------------------------|-----------|---------------|
| Em expansão | 22 | 37,29 |
| Estável | 15 | 25,42 |
| Em retração | 14 | 23,73 |
| Não sei responder | 8 | 13,56 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 45: Motivo para retomar os estudos.

| Motivo para retomar os estudos | n | % |
|---|-----------|----------------|
| Conseguir um emprego melhor | 21 | 35,59 |
| Adquirir mais conhecimento, ficar atualizado. | 21 | 35,59 |
| Conseguir um emprego | 10 | 16,95 |
| Progredir no emprego atual | 06 | 10,17 |
| Não pretendo voltar a estudar. | 01 | 1,69% |
| Outro: | 00 | 0,00% |
| TOTAL | 59 | 100,00% |

Tabela 46: Motivo para não exercer atividade na área de secretariado.

| Motivo para não atuar na área de secretariado | n | % |
|---|-----------|---------------|
| As oportunidades de emprego são escassas na sua área de | 23 | 38,98 |
| Estou atuando na área de secretariado | 17 | 28,81 |
| Outro | 11 | 18,64 |
| No momento não se interessa em procurar emprego | 06 | 10,17 |
| A remuneração média não é atraente na área de formação. | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 47: Pontos que dificultam a inserção profissional.

| Dificuldades para entrar na área de secretariado | n | % |
|---|----------|----------|
| Falta de domínio de uma língua estrangeira | 27 | 45,00 |
| Pouca experiência profissional | 25 | 41,67 |
| Baixa oferta do mercado para minha área de atuação | 22 | 36,67 |
| Situação econômica do país/estado desfavorável | 22 | 36,67 |
| Falta de contatos que pudessem me indicar a vagas de | 20 | 33,33 |
| Concorrentes mais preparados | 14 | 23,33 |
| Não ter cursos de aperfeiçoamento | 09 | 15,00 |
| Falta de domínio de ferramentas e sistemas utilizados | 07 | 11,67 |
| Baixa remuneração | 07 | 11,67 |
| Formação incompatível com a demanda do mercado | 06 | 10,00 |
| Baixo interesse pessoal | 05 | 08,33 |

Tabela 48: Aspectos que aumentaram a inserção profissional.

| Fatores que facilitaram a entrada na área de secretariado | n | % |
|--|----------|----------|
| Formação compatível com as demandas da empresa | 26 | 43,33 |
| Domínio de ferramentas e sistemas utilizados | 19 | 31,67 |
| Experiência profissional | 17 | 28,33 |
| Ter cursos de aperfeiçoamento | 17 | 28,33 |
| Existência de contatos que me indicaram | 12 | 20,00 |
| Alta demanda do mercado para minha área de atuação | 11 | 18,33 |
| Concorrentes menos preparados | 07 | 11,67 |
| Conhecimento de uma língua estrangeira | 05 | 08,33 |
| Situação econômica do país/estado favorável | 02 | 03,33 |

Tabela 49: Desempenho enquanto aluno do curso.

| Desempenho do egresso | n | % |
|------------------------------|----------|----------|
| Excelente | 16 | 29,09 |
| Muito bom | 27 | 49,09 |
| Bom | 12 | 21,82 |
| Razoável | 00 | 00,00 |
| Ruim | 00 | 00,00 |
| TOTAL | 55 | 100,00 |

Tabela 50: Avaliação do curso pelos egressos.

| Avaliação do curso | n | % |
|---------------------------|----------|----------|
| Excelente | 24 | 40,68 |
| Muito bom | 28 | 47,46 |
| Bom | 07 | 11,86 |
| Razoável | 00 | 00,00 |
| Ruim | 00 | 00,00 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 51: Percepção dos egressos quanto a preparação para o mercado de trabalho.

| Sente-se preparado | n | % |
|------------------------------|----------|----------|
| Sim, muito preparado | 23 | 38,98 |
| Sim, razoavelmente preparado | 28 | 47,46 |
| Sim, um pouco preparado | 05 | 08,47 |
| Não estava muito preparado | 02 | 03,39 |
| Não estava nada preparado | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 52: Cursaria novamente a graduação em secretariado.

| Faria o curso novamente | n | % |
|--------------------------------|----------|----------|
| Concordo totalmente | 37 | 62,71 |
| Concordo parcialmente | 16 | 27,12 |
| Nem concordo, nem discordo | 03 | 05,08 |
| Discordo parcialmente | 01 | 01,69 |
| Discordo totalmente | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 53: Ter o diploma não ajudou os egressos?

| Importância do diploma | n | % |
|-------------------------------|----------|----------|
| Concordo totalmente | 11 | 18,64 |
| Concordo parcialmente | 08 | 13,56 |
| Nem concordo, nem discordo | 15 | 25,42 |
| Discordo parcialmente | 10 | 16,95 |
| Discordo totalmente | 15 | 25,42 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 54: Importância da graduação para os egressos.

| Importância da graduação | n | % |
|---------------------------------|----------|----------|
| Concordo totalmente | 25 | 42,37 |
| Concordo parcialmente | 17 | 28,81 |
| Nem concordo, nem discordo | 11 | 18,64 |
| Discordo parcialmente | 05 | 08,47 |
| Discordo totalmente | 01 | 01,69 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 55: Satisfação profissional dos egressos.

| Satisfação profissional | n | % |
|--|----------|----------|
| Muito satisfeito | 09 | 15,25 |
| Satisfeito | 21 | 35,59 |
| Nem insatisfeito, nem satisfeito | 04 | 06,78 |
| Insatisfeito | 03 | 05,08 |
| Muito Insatisfeito | 01 | 01,69 |
| Não estou desempenhando atividade remunerada | 21 | 35,59 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 56: Avaliação da formação da graduação.

| Avaliação da formação | n | % |
|------------------------------|----------|----------|
| Muito importante | 38 | 64,41 |
| Importante | 18 | 30,51 |
| Moderado | 02 | 03,39 |
| As vezes importante | 01 | 01,69 |
| Não é importante | 00 | 0,00 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

Tabela 57: Melhoria na qualidade de vida após a conclusão do curso.

| Melhoria na qualidade de vida | n | % |
|--------------------------------------|-----------|---------------|
| Concordo totalmente | 17 | 28,81 |
| Concordo parcialmente | 19 | 32,20 |
| Nem concordo, nem discordo | 15 | 25,42 |
| Discordo parcialmente | 06 | 10,17 |
| Discordo totalmente | 02 | 03,39 |
| TOTAL | 59 | 100,00 |

APÊNDICE F – SLIDES PARA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.



A INSERÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA DOS EGRESSOS DE UM CURSO SUPERIOR TECNOLÓGICO EM SECRETARIADO

ALUNO: Marcos Antônio Andrade da Costa
ORIENTADOR: Dr. Sonia Maria Gomes Alexandre Galinha

07 de abril de 2022



SUMÁRIO

mCEAE

- 1. Introdução
- 2. Fundamentação Teórica
- 3. Metodologia
- 4. Resultados
- 5. Projeto interventivo
- 6. Considerações finais



Tema:

- Inserção e atuação profissional.

Objetivo geral:

- Identificar aspectos relevantes, sob a ótica dos egressos, acerca do processo de inserção profissional dos concluintes do curso de tecnologia em secretariado de uma Instituição de Ensino Superior



2.1. A inserção e atuação no mundo do trabalho.

2.2. A formação profissional no Brasil.

2.3. A formação no curso superior de tecnologia em secretariado.



Pesquisa de natureza aplicada;

Abordagem quantitativa;

Público-alvo: Egressos do curso superior de tecnologia em secretariado;

- População da pesquisa: 71 egressos.

Instrumento de pesquisa (questionário on-line):

- Total de 36 perguntas (fechadas).

Análise de dados:

- Estatística descritiva e inferencial (quantitativa)



4.1. Contexto social dos egressos:

- 34 anos é a idade média aproximada dos participantes, sendo 42 anos a idade mais frequente;

23 anos é a idade de conclusão mais frequente (moda) para alunos de cursos presenciais (INEP, 2020).

- 83% dos participantes são do sexo feminino;

Existe uma cultura de exclusão e preconceito com profissionais do sexo masculino (Schultz et al., 2015).

- 61,02% dos participantes residem em São Sebastião.

4.1. Contexto social dos egressos:

- 91,53% dos participantes concluíram o ensino básico na rede pública de ensino;

Mesmo com o sistema de reserva de vagas para o acesso ao sistema público de ensino superior, o percentual de alunos que frequentavam o bacharelado presencial nas instituições públicas chegou em 2016 a 22,7% (IBGE, 2018).

- 5,08% dos pais dos participantes possuem o ensino superior completo;

As oportunidades, o rendimento do trabalho e da mobilidade social, possuem inequívoca relação com a educação (IBGE, 2018).

4.2. Aspectos relacionados à inserção profissional:

- 54,24% entraram no mundo do trabalho antes de finalizar os estudos obrigatórios;

As condições sociais impelem que uma fração considerável dos filhos da classe trabalhadora necessitem, antes de finalizar a escolarização básica, entrar no mundo do trabalho, desempenhando tarefas elementares, para que possam se sustentar ou contribuir com a renda familiar (MOURA, 2013).

- 16 anos é a idade média aproximada com que os participantes iniciaram atividade remunerada;

Jovens da classe baixa entram no mercado antes dos 16 anos em ocupações inferiores, já os jovens da classe média, em geral, terminam o estudo obrigatório e ingressam no mercado por volta dos 20 anos em ocupações intermediárias, enquanto os jovens de classe alta, em geral, finalizam o curso superior antes de entrarem no mercado de trabalho (SILVA, 2004).

4.2. Aspectos relacionados à inserção profissional:

- 38,98% dos participantes estão a procura de uma atividade remunerada;
- 8,47% dos participantes conseguiram se inserir profissionalmente após a conclusão do curso;
- 72,22% dos participantes que passaram a atuar na área de secretariado foram inseridos em até 10 meses após a conclusão do curso.
- 22,03% dos participantes desempenham atividades na área de secretariado;
- 25,42% dos participantes empregados trocaram de função após a conclusão do curso;
- 16,95% dos participantes que mudaram de função tiveram aumento salarial;



4.2. Aspectos relacionados à inserção profissional:

- A ausência de domínio de um idioma estrangeiro e a baixa experiência profissional foram apontados como fatores que dificultam as chances de inserção profissional;

As três principais dificuldades são o diploma, os custos de adaptação e ocupação e a falta de experiência (SILVA, 2004)

- A faixa etária mostrou-se associada à situação empregatícia atual dos egressos, sendo que a faixa etária de 21 a 25 anos (mais jovens) apresenta o maior percentual de participantes que buscam se inserir profissionalmente.

O desemprego afeta os mais jovens e os trabalhadores com baixa escolaridade, dentro faixa etária de 18 a 24 anos o nível de desemprego representa 29,5% (IBGE, 2021).

4.3. Percepção sobre a formação:

- 94,92% dos participantes consideram que o curso foi muito importante ou importante para a sua vida;
- 86,44% dos participantes consideram que a formação é compatível com as exigências do mercado de trabalho;
- 88,14 dos participantes estão muito satisfeito ou satisfeito com o curso;
- 88,14% dos participantes consideram o curso excelente ou muito bom;
- 49,15% dos participantes consideram totalmente ou parcialmente que o curso trouxe o retorno esperado;



Projeto de Inserção Profissional de Egressos (PIPE)

- Ações propostas:
 - Pesquisa contínua com empresas, estudantes e egressos sobre o mercado de trabalho;
 - Transformação da “Coordenação de Extensão e Estágio” em “Coordenação de Extensão, Estágio e Trabalho”;
 - Rotina de revisão dos plano de cursos;
 - Projeto de aprimoramento em língua estrangeira para estudantes e egressos.



- O processo de inserção profissional é complexo e envolve diferentes variáveis;
- A instituição de ensino tem possibilitado que os filhos da classe trabalhadora, egressos da rede pública, que não tiveram oportunidade de formação superior após a conclusão do ensino básico, continuem os estudos em nível superior.
- A ampliação da escolaridade e profissionalização dos egressos possibilita que esse público possa disputar postos mais qualificados no mundo do trabalho, favorecendo a mobilidade social.
- Considerando que a instituição objeto do estudo foi concebida para ofertar educação profissional, torna-se preponderante a implementação de uma política efetiva de ampliação da inserção profissional de forma a transformar a realidade dos egressos.